

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALANE RODRIGUES DE LIMA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SEMIÁRIDO:
O caso do Médio Sertão de Alagoas**

MACEIÓ-AL

2024

ALANE RODRIGUES DE LIMA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SEMIÁRIDO:
O caso do Médio Sertão de Alagoas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Profº. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho.

MACEIÓ-AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

L732d Lima, Alane Rodrigues de.
Desenvolvimento regional no semiárido: o caso do médio sertão de Alagoas /
Alane Rodrigues de Lima. – 2024.
57 f.: il.

Orientador: Cícero Pércles de Oliveira Carvalho.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas-
Bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade, Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 57.

1. Economia regional. 2. Produtividade agrícola- Alagoas. 3. Pecuária -
Alagoas. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Produto interno bruto. I. Título.

CDU: 332.1 (813.5)

ALANE RODRIGUES DE LIMA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SEMIÁRIDO:
O caso do Médio Sertão de Alagoas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^o. Dr. Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Jorge Porangaba Costa – UFAL

Prof. Dr. Cleydner Marques – UFAL

MACEIÓ – AL
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que tiveram paciência com as minhas crises temperamentais nesse tempo em que precisei me dedicar à escrita deste trabalho.

A minha família pela paciência e compreensão nos dias em que me ausentei dos diversos momentos em que deveria compartilhar a união junto a eles: Rosa Lúcia Rodrigues de Lima, Edson Ferreira Lima, Allysson Rodrigues de Lima e Aline Rodrigues de Lima.

Ao meu orientador, Cícero Péricles por ter aceitado me orientar e principalmente por ter me guiado de forma a tornar o processo de conclusão deste, o mais leve possível.

Agradeço ao pequeno grupo de alunos que estão comigo nesta jornada para a conclusão deste curso: Afonso Sarmiento, Eraldo Amaral e Alice Silva, por tantos debates, teorias e cuidado mental um para com o outro.

A Rafaela Rocha, pelo incentivo incondicional.

Obrigada!

“Da gente simples meio do sertão.
Espere amor, hospitalidade e generosidade
dos filhos deste solo.

Experimente o cuscuz, o leite e o rubacão.
Dance e se diverta em noites
de Santo Antônio, São Pedro e São João.
Tem canjiquinha, milho verde e algodão.

Tem gente festeira, animada, bonita e tem emoção.
Fala mais alto o amor do seu povo por este chão.
Da raiz alagoana a alma brasileira fulgura.
Ao som de Fanfarras, Pássaros e solidão [...]”.

Texto de Douglas Melo.

RESUMO

No Brasil, um município compõe todo o espaço por onde cresce uma população. Fazem parte dele a zona urbana, os arredores do subúrbio e as zonas rurais. O município é a menor divisão administrativa no que se refere a órgãos representativos próprios. Está sob a perspectiva do crescimento produtivo e populacional este trabalho de conclusão, além do seu desenvolvimento econômico. O estudo proposto dedica-se a uma análise a cerca de seis municípios do Médio Sertão de Alagoas sob um prisma comparativo entre os anos de 2010 e 2021 evidenciando o valor do salário médio mensal das empresas, a pecuária, sua produção agrícola, o PIB, as políticas de desenvolvimento local e as políticas de renda das regiões escolhidas como objeto de estudo, além de suas políticas sociais. Este trabalho propõe também um contexto histórico sobre o desenvolvimento do Brasil e em Alagoas, bem como uma breve historicidade dos municípios escolhidos. São eles: Santana do Ipanema, Pão de Açúcar, Jacaré dos Homens, Ouro Branco, Dois Riachos e Senador Rui Palmeira. O município de Santana do Ipanema em especial, encontra-se na análise, pelo papel centro urbano na distribuição de serviços para os municípios do médio sertão de Alagoas, como a pecuária, a agricultura familiar e o leite como serviços principais de atividade econômica.

Palavras – chave: Município; Desenvolvimento; Médio Sertão; PIB; Produção Agrícola; Pecuária.

ABSTRACT

In Brazil, a municipality makes up the entire space where a population grows, including the urban area, the surrounding areas of the suburbs and rural areas. The municipality is the smallest administrative division in terms of its own representative bodies. This final work is from the perspective of productive and population growth, in addition to its economic development. The proposed study is dedicated to an analysis of approximately six municipalities in the Middle Sertão of Alagoas from a comparative between the years 2010 and 2021, highlighting the value of the average monthly salary of companies, livestock, their agricultural production, GDP, local development policies and income policies of the regions chosen as the object of study, in addition to their social policies. This work also proposes a historical context on the development of Brazil and Alagoas, as well as a brief history of the chosen municipalities. They are: Santana do Ipanema, Pão de Açúcar, Jacaré dos Homens, Ouro Branco, Dois Riachos and Senador Rui Palmeira. The municipality of Santana do Ipanema in particular is included in the analysis, due to its urban center role in the distribution of services to municipalities in the middle hinterland of Alagoas, such as livestock, family farming and milk as the main services of economic activity.

Key – words: Municipality; Development; Middle Sertão; GDP; Agricultural production; Livestock.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CONTEXTO HISTÓRICO.....	15
O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL	15
CONTEXTO HISTÓRICO DE ALAGOAS	19
O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ALAGOAS	19
O MÉDIO SERTÃO ALAGOANO.....	24
1- SANTANA DO IPANEMA.....	26
2 - PÃO DE AÇÚCAR.....	31
3 - JACARÉ DOS HOMENS	35
4 - OURO BRANCO.....	39
5 - DOIS RIACHOS.....	43
6 - SENADOR RUI PALMEIRA.....	47
AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO – PRONAF, MICROCRÉDITO E OS PROGRAMAS LUZ PARA TODOS E CISTERNAS	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
BIBLIOGRAFIA	57

INTRODUÇÃO

Alagoas, um dos menores estados do Brasil, apresenta um quadro de problemas sociais, inversamente proporcional ao seu tamanho. Deparamo-nos com problemas nos campos da educação, da saúde, da habitação, do saneamento, etc., que expressam os limites da existência de parte significativa da população alagoana. Não obstante a estes problemas, o reflexo das dificuldades encontradas a nível Estadual se perpetua para os Municípios dos quais, além das questões econômicas, entram para as estatísticas os problemas locais de desenvolvimento territorial, de clima e solo. A atualização dos dados dispostos nas plataformas de análise de dados ratifica tais afirmações.

Antes de dissertar sobre as condições atuais de existência no estado alagoano, focando particularmente a região do médio sertão, é interessante resgatar alguns aspectos históricos constituintes do Brasil e do estado. Essa contextualização auxilia na compreensão de uma existência um tanto quanto empobrecida do povo brasileiro e em destaque, o povo alagoano.

Vivemos sob a regência do capital, relação que constitui um perfil humano marcado pela concorrência e concentração da riqueza nas mãos de um grupo minoritário em oposição à grande maioria das pessoas, destituídos de instrumentos de produção, restando-lhes apenas sua força de trabalho para vender no mercado objetivando manter-se vivo. A propriedade privada é um elemento básico e fundamental para a sociedade capitalista, inclusive a propriedade da terra.

É interessante observarmos o processo de expropriação realizada pelos capitalistas, para adquirirem suas riquezas. Ao escrever sobre a origem do capital, acerca da acumulação primitiva, Marx (2000) revela acontecimentos quanto à exploração dos burgueses sobre os trabalhadores.

O desenvolvimento dos países europeus, como a Inglaterra, com sua Revolução Industrial, beneficiou a humanidade com os avanços no processo produtivo. A relação do capital proporcionou esse feito, mas, concomitantemente, trouxe consigo muita miséria. A localização industrial, produtora do desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo merecem uma

atenção no enfoque temporal sobre o desenvolvimento das regiões. Sobretudo, a localização da atividade econômica tem sido dada à estreita associação entre concentração espacial de atividades econômicas das indústrias. Até então, para efeito de estudos, boa parte das contradições que abordam, em especial, as que se situam no campo do desenvolvimento econômico, tratam de explicar a formação espacial do sistema econômico para, em seguida, sugerir possíveis meios de intervenção com o objetivo de reduzir os desníveis econômicos e sociais gerados pela concentração das atividades produtivas.

A obra de Weber (1909) sobre a teoria geral da localização representa não apenas a matriz de todo o desenvolvimento posterior da teoria da localização, mas constitui, também, um ponto de partida para que se tracem as fronteiras da teoria da localização, pois centraliza a sua atenção em formular uma teoria pura das causas econômicas que determinam a localização das indústrias.

A escolha da localização de uma agroindústria é normalmente uma decisão racional, sendo adotada após uma apreciação das vantagens relativas de diferentes localizações para as finalidades do negócio. Ou seja, localização é uma das primeiras decisões do estabelecimento de uma empresa, sendo ainda mais importante pelo fato de ser bastante difícil voltar atrás, se a escolha gerar insatisfação.

Para Tunem (apud POLESE, 1998) os modelos econômicos do espaço urbano tiveram origem na teoria de localização dos produtos agrícolas. A razão é que tanto para a cidade como para o campo, trata-se de modelos de utilização do solo concebidos para explicar a afetação dos terrenos e diversas funções. As utilizações de solos agrícolas, industriais e outras disputam espaço. Sendo assim, renda e localização são inseparáveis, constituindo as duas faces de uma mesma realidade.

No centro desses pontos encontra-se uma cidade acessível por todos os lados, cujos habitantes consomem os produtos agrícolas.

A Primeira Revolução Industrial teve início no fim do século XVIII início do século XIX e a partir desse período, muita coisa mudou; As tecnologias, as

relações de trabalho, o modo de produzir, entre outros. As indústrias não se instalam em um lugar de forma despretensiosa, pois todas as medidas e decisões são tomadas a partir de uma minuciosa análise com a finalidade de obter maiores informações acerca da viabilidade econômica de um determinado espaço.

Em cada lugar do mundo subdesenvolvido, há países ou regiões que se beneficiam do rápido desenvolvimento econômico. É neste pensamento que a decisão de localizar uma indústria em determinada região, promove um desenvolvimento de forma generalizada, com a possibilidade de empregos e rendas, para os desempregados, ou para os empregados que têm baixos salários.

Os investimentos em pesquisas, os meios alternativos mais eficazes para o Desenvolvimento de determinada região e o crescimento no uso de máquinas, fizeram com que o Brasil conseguisse produzir uma quantidade de alimentos que seria capaz de alimentar regularmente toda a sua população. Porém, sabe-se que existem milhões de pessoas que sofrem com a fome no Brasil. (ALVES FILHO, 2006).

Carneiro (2003) caracteriza a pobreza como um conjunto de serviços que privam as pessoas sem renda de obter, por exemplo, os serviços básicos de água, saneamento, coleta de lixo e alimentação para uma vida saudável, moradia e possibilidade de estudos. Dito isto, ele atenta para três fatores que determinam a pobreza: localização em uma área pobre; baixa escolaridade; grande número de pessoas morando na residência. "... 73% dos domicílios pobres são chefiados por indivíduos com quatro ou menos anos de estudo". Narra um pequeno processo de causalidade circular: "Os baixos níveis de escolaridade conduzem a rendas mais baixas, que por sua vez conduzem à baixa frequência escolar das crianças, perpetuando a pobreza". (CARNEIRO, 2003, p.123).

Não diferente do que coloca Carneiro, Myrdal se caracteriza como um dos maiores estudiosos no que se refere à pobreza e ao subdesenvolvimento. Em sua obra "Teoria Econômica das Regiões Subdesenvolvidas", Ele expõe o círculo vicioso do atraso e da pobreza, no qual, só teria solução para a sua extinção, a intervenção do Estado no combate a ela. O autor reforça a idéia de

ser, a integração nacional, fundamentalmente importante para o crescimento regional. Do contrário, tal processo continuaria em movimento circular por meio de suas causas.

A idéia de que a sociedade adoecia por que era pobre e sendo doente, ficava mais pobre ainda e mais doente do que já era, o processo de círculo vicioso da pobreza pelo qual, pessoas que não tinham como se alimentar direito, viviam subnutridas, enfraqueciam e acabavam perdendo sua capacidade de produção no trabalho, resultando num salário menor, se tornando mais pobres e como conseqüência, comprando menos alimentos e assim por diante, propõe uma ligação aos estudos de Myrdal pelo qual, este, explicita como um círculo vicioso nas economias e deseconomias externas e internas, onde cita como exemplo, a migração de trabalhadores em massa para outra região de melhor condição de vida.

Ao processo de economia interna, a possibilidade de crescimento industrial de determinada região, geração de emprego ou até mesmo condições climáticas, favorecem esse mecanismo proporcionando a criação de uma economia externa, pois com mais pessoas empregadas, com salários melhores, aumentaria o consumo e a demanda local. É desta forma, que a região começa a ser vista por investidores levando a uma expansão no consumo e na demanda, tornando este, um círculo vicioso.

Para o caso da deseconomia interna, como Myrdal explica ser de extrema importância, se não houvesse a intervenção do Estado em determinada localidade a região não teria como possuir algum tipo de economia e em conseqüência disso, não teria economia externa, pois não haveria nenhum tipo de atrativo para os investidores, o que a manteria em processo de estagnação tendendo à pobreza.

Os efeitos fiscais da expansão localizada podem ser reduzidos pela intervenção do Estado, sob a forma de esquemas de igualização inter-regional inseridos no sistema tributário. Assim, a principal idéia é a de que o mercado tenderia geralmente, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais. Se nos pusermos a analisar este fato, veremos que a localização de uma região em expansão acabaria por produzir, inevitavelmente, efeitos regressivos em outras regiões.

É neste ponto que Myrdal questiona o problema da desigualdade social, pois migração, o movimento do capital e o comércio, serão sempre os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve, seja ele com efeitos positivos, para uma região mais propícia ao mercado, ou negativa, para uma região menos favorável. Como a industrialização é a principal característica deste desenvolvimento, as regiões menos favoráveis, acabam sendo por consequência, em sua maioria, de base agrícola. Anexo a tal colocação, surge o Conselho Econômico Social, como um órgão coordenador do trabalho econômico da ONU.

Este, “formula recomendações e atividades relacionadas ao desenvolvimento, comércio internacional, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população [...]” entre muitas outras questões econômicas e sociais. Este Conselho Social reconheceu em 1996 as tentativas de “desenvolvimento local como um papel motor na dinamização das capacidades dos mercados locais, criando empregos e proporcionando melhores condições de vida às populações”. Neste contexto, tendo como referencial histórico, as transformações políticas, econômicas, institucionais e tecnológicas, a idéia do desenvolvimento local surge como um efeito à economia global e como resposta à exclusão desta economia, com o objetivo de valorizar os saberes locais da comunidade e promover uma relação mais coerente entre a população e o meio em que os cercam.

O Conselho Econômico Social (1996) busca uma nova forma de mercado, mais dinâmica que promova o potencial de desenvolvimento regional, através da criação de novos postos de trabalho, promoção do meio ambiente e melhoria de qualidade de vida das pessoas, com sistemas de apoio às pequenas e micro empresas e serviços de assistencialismo social e inovação de produtos de mercado.

Pensando no desenvolvimento regional do semiárido e partindo do ponto principal, o médio sertão de Alagoas, este trabalho traça um panorama pela história do desenvolvimento do Brasil em paralelo ao desenvolvimento regional do estado, para poder entender como o médio sertão se desenvolveu e quais as políticas de renda e assistenciais, foram formadas a partir do processo de desenvolvimento local. Sendo assim, o trabalho terá início com o contexto

histórico no que tange o processo de desenvolvimento do Brasil-Alagoas, para então, podermos focar no médio sertão.

Os Municípios escolhidos para análise de estudo serão os que estão nas extremidades de cada região pela influência que cada uma, pode exercer em sua estrutura de desenvolvimento.

São estes; Pão de Açúcar, Jacaré dos Homens, Dois Riachos, Ouro Branco, Santana do Ipanema e Senador Rui Palmeira. A região do Médio Sertão é concentrada em Santana do Ipanema no papel de centro urbano provedor de serviços para os municípios do Sertão de Alagoas. Da mesma forma que nas regiões vizinhas, o médio sertão compõe o cenário de atividades econômicas concentrada na agricultura familiar, no leite e na pecuária de corte.

O Médio Sertão deve ter como prioridade nas políticas de desenvolvimento, o Município de Santana do Ipanema para auxiliar no investimento econômico local, buscando alternativas de inclusão produtiva e acessibilidade à distribuição de água. Sendo assim, o primeiro capítulo trará um breve contexto histórico do processo de desenvolvimento no Brasil, o segundo capítulo trará o desenvolvimento do estado de Alagoas. Em seguida, o terceiro capítulo focará a sua atenção nas características dos municípios escolhidos do médio sertão. Por fim, o último capítulo trará os objetivos centrais das políticas de desenvolvimento, além dos programas assistenciais.

CONTEXTO HISTÓRICO

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

O desenvolvimento histórico do Brasil é um processo complexo que abrange uma série de eventos, transformações sociais, políticas e econômicas ao longo dos séculos. Iniciando-se no período Pré-Cabralino, seguiu até o ano de 1.500 e se trata do período anterior à chegada dos europeus. Como se sabe, o território brasileiro era habitado por povos indígenas que possuíam uma grande diversidade cultural e lingüística.

Ressaltemos aqui, que, mesmo ainda antes de toda a colonização realizada, já existia uma divisão geográfica feita pelas tribos. O determinismo geográfico proposto por Friedrich Ratzel defende que a geografia da região, e suas condições climáticas, determinam os padrões da cultura humana e seu desenvolvimento social. (REVISTA ESPAÇO E GEOGRAFIA Portal Periódicos CAPES, c2021). Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40284>>

Considerando as poucas informações possíveis de se ter, visto que a escrita não era desenvolvida à época, o possível de se saber, é que o povo que ali residia subsistia da caça, pesca, coleta e agricultura. Em 22 de abril de 1.500, o navegador português Pedro Alves Cabral, a caminho das Índias, chegou às terras que hoje se conhece como Porto Seguro, na Bahia, reivindicando o território para Portugal, e iniciando a colonização, marcada pela exploração do pau-brasil.

O açúcar foi um dos maiores produtos de exportação do Brasil. A produção açucareira foi a responsável pelo rápido desenvolvimento de Salvador e Olinda. Esta época também é marcada pela chegada dos escravos africanos, dando início ao processo de comercialização humana, movimentando a economia local e mundial por serem considerados uma Mão de obra barata e eficiente. Ao longo de 300 anos, milhões de africanos foram desembarcados no Brasil.

O sistema das Capitânicas Hereditárias foi criado para estimular o povoamento do território brasileiro, evitando invasões e gerando lucros através dos trabalhos agrícolas. Foram distribuídas 14 Capitânicas Hereditárias entre 1534 e 1536, sem êxito, acabou sendo estabelecido o Governo Geral, cuja capital era Salvador como uma tentativa de centralizar a administração da colônia e torná-la mais eficiente.

Várias caravanas exploratórias entraram e saíram do país durante esses anos pós-colonização, como foi o caso dos Franceses que tentaram habitar o local que hoje se conhece como o Rio de Janeiro.

Paralelo a este período, o Nordeste começou a ser tomado pelos Holandeses que expulsaram os Portugueses e ficaram por dez anos até se retirarem. Este ciclo modificou o Brasil, interligando diversas regiões e urbanizando o país com a prestação de serviços, a construção civil, atividades econômicas como a pecuária e a agricultura, entre outras.

Diversas cidades e estradas também foram construídas a fim de conectá-las ao litoral brasileiro.

Passamos pela Inconfidência Mineira até chegarmos às tropas de Napoleão Bonaparte em 1807 com a escolta dos navios portugueses rendendo a abertura dos portos brasileiros para as nações apoiadoras. Após a abertura portuária e a independência do Brasil em 1822, foi outorgada a primeira Constituição do Brasil em 1890. Após quatro anos de ditadura e várias mortes federalistas, a república é instaurada. Após o golpe, várias rebeliões aconteceram no País, contra o novo regime político. Destaque para as guerras de Canudos, do Contestado e da Revolta da Armada.

Durante o Século XX, a economia brasileira sofreu grandes transformações; sociais, política, e econômica, mas a maior transformação se deu no lado da economia por meio da industrialização, no intuito de modernizar o país, com o principal objetivo de desenvolver a economia.

Em 1889 e 1930, o governo foi oficialmente uma democracia constitucional e a partir de 1894, a Presidência alternou entre os estados dominantes da época, São Paulo e Minas Gerais. Como os paulistas eram

grandes produtores de café, e os mineiros estavam voltados à produção leiteira, a situação política do período ficou conhecida como Política do Café-com-leite.

A década de 1930 é marcada como determinante para o período desenvolvimentista. Getúlio Vargas assume a presidência e para além das implementações das reformas políticas, foram realizados esforços para modernizar a sociedade com investimentos para a industrialização com a Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Vale do Rio Doce, a Cia. Hidrelétrica do São Francisco e a Petrobrás fruto de tendências nacionalistas que receberam suporte das camadas operárias, dos intelectuais e do movimento estudantil.

Em 1955 Juscelino Kubitschek é eleito com o lema de desenvolvimento “50 anos em 05”, inaugurou Brasília e a tornou a nova capital do Brasil. Em 1961, Jânio Quadros é eleito e no mesmo ano renuncia, dando lugar para o vice-presidente João Goulart, marcado por inflação alta, estagnação econômica e oposição da Igreja Católica e das forças armadas que acusava o governo de esquerdista.

Em 1964 temos o Golpe Militar liderados pelos governadores do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, juntamente com os militares, Juraci Magalhães, Humberto de Alencar, Castelo Branco, Juarez Távora, Médici, Geisel e Cordeiro de Farias.

Este lapso temporal é importante para a reflexão acerca do desenvolvimento do país, pois desde a sua colonização até os dias atuais, eventos e mudanças políticas, sociais e econômicas, influenciaram este processo. Esta reflexão é importante para compreender as transformações sociais, culturais e demográficas ao longo do tempo.

Foi no processo de redemocratização do Brasil, com a atual Constituição Federal que se estabeleceu os princípios fundamentais do Estado brasileiro, os direitos e as garantias individuais, além da organização dos poderes. A realização de eleições diretas consolidou de fato a democracia e desde então, o país vivencia os diversos processos eleitorais e a consolidação das instituições democráticas.

O processo de industrialização e urbanização demandou grandes investimentos em infraestrutura na construção de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, além dos investimentos para o abastecimento de energia elétrica, água e esgoto. A viabilização dessas construções serviu pra transportar matérias-primas e produtos que atendam as necessidades da população que crescia ao passo em que a industrialização avançava.

Não apenas positivamente, o processo de industrialização também trouxe problemas e desafios socioambientais; a precarização do trabalho, a pobreza extrema e junto a ela a formação de favelas e áreas degradadas nas periferias urbanas, além da poluição ambiental, produzida pela quantidade de lixo humano e congestionamento de tráfego.

No Brasil, o crescimento industrial e a modernização do campo, foram financiados pelos Organismos Multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial. A idéia de Desenvolvimento aparece ligada ao aspecto econômico e social. “O avanço da modernização das atividades agropecuárias, via de regra, está associado à integração da unidade produtiva às redes de produção, cada vez mais especializadas, visando atender ‘nichos’ ou segmentos de mercados” (SILVA; GROSSI, 2007, p. 165). O setor agrícola se torna mais dinâmico ao passo em que trabalha junto com o crescimento econômico.

CONTEXTO HISTÓRICO DE ALAGOAS

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ALAGOAS

Na medida em que avança o capitalismo, se torna mais evidente o processo desigual da sociedade. O avanço técnico se modifica à medida que a sociedade avança e se intensifica com o seu desenvolvimento. Ao analisar o processo histórico pelo qual passamos, é possível entender que tal processo foi resultado dos longos anos de concentração fundiária imposta pelo modelo econômico hegemônico, provocando desigualdades cada vez maiores.

Alagoas é o segundo menor estado do Brasil. Fazendo fronteira com o Oceano Atlântico, a história de Alagoas se inicia com a habitação das diversas tribos indígenas, como os caetés e os tupinambás. No início, Alagoas pertencia à capitania hereditária de Pernambuco, no século XVII e ali foi fundado o povoado de Porto Calvo, em 1633, pelos holandeses.

Participando ativamente do ciclo de plantio de cana de açúcar, a região que já fora economicamente aproveitada na retirada do pau-brasil, contou principalmente com a mão de obra escrava, o que nos traz indícios de presença humana no final do século XVI, quando negros fugitivos dos engenhos por aqui começaram a se instalar, no local que hoje conhecemos por União dos Palmares, mais propriamente dito, na Serra da Barriga, o Quilombo dos Palmares.

Para além da lavoura de cana de açúcar, Alagoas também possuía uma grande produção regional de farinha de mandioca, tabaco, gado e peixe seco, que eram consumidos na Capitania de Pernambuco.

Em 1706, a região foi elevada a condição de comarca, cerca de 30 anos depois. Em 1730, já se habitavam por volta de 50 engenhos e 10 freguesias, que se tratava de pequenos aglomerados rurais ou urbanos, sem autonomia administrativa. Em 1817, o Estado foi emancipado e considerado Capitania, através de um Decreto assinado pelo Rei de Portugal, Dom João VI, em 16 de setembro.

A centralização da produção na cana-de-açúcar deixou, em raros momentos, de ser a principal fonte produtora de capital e o setor que mais disputava a economia com os produtores de açúcar era o algodoeiro. O algodão foi o responsável pela aceitação global, dando a algumas cidades do interior, notável progresso além de também aparecer como uma alternativa à crise do açúcar, pois havia mercado consumidor externo.

O algodão era cultivado em todos os municípios de Alagoas e movimentava a agricultura, além de aumentar a revenda do produto para os exportadores do mercado externo.

A produção que é voltada para a exportação de uma única mercadoria, como foi o caso do açúcar, por muito tempo, inviabilizava a produção de outros gêneros, como os voltados para a parcela mais pobre da população, pois, devido à importação, apresentam-se mais caros, diminuindo assim, a cesta de consumo dos Alagoanos.

No século XVIII, com a crise na produção açucareira, o gado tornou-se relevante na economia, estabelecendo assim, grandes fazendas na região, fazendo do latifúndio, um dos maiores meios de construções de propriedades e brigas territoriais.

Em 1839, transferiu a capital da Província da cidade de Alagoas, hoje se tratando de Marechal Deodoro, para a vila de Maceió, tornando-se a capital. Nesta época também se evidencia a importância da existência do porto de Jaraguá nas transferências de capital para o Município. O porto servia como local de embarque na exportação do açúcar, algodão, madeira e couro.

A primeira constituição do Estado foi assinada em 11 de junho de 1891, em meio a graves agitações políticas, que assinalaram o início da vida republicana.

Com a abolição da escravatura, Alagoas sofreu um impacto considerável em toda a sua mão de obra, pois ainda se dava através do trabalho escravo. No processo de mudança da Capital, defrontaram-se as duas facções políticas mais importantes, uma chefiada pelo mais tarde visconde de Sinimbu, outra pelo juiz Tavares Bastos.

Maceió tinha um desenvolvimento comercial privilegiado em 1839 e na condição de Capital do Estado de Alagoas, já contava com várias ruas e povoados, tais quais; Jaraguá, Trapiche da Barra, Poço, Bebedouro, Ipioca e Mangabeiras. O desenvolvimento e a modernização de Maceió favoreceram o processo urbano dos Municípios arredores. Algumas administrações melhoraram as vias principais e abriram estradas, mas foi na ferrovia e na navegação que o Estado começou a se desenvolver.

A província progredia economicamente, 1875 foi o ano de fundação da primeira fábrica alagoana de tecidos, a Companhia União Mercantil, no distrito de Fernão Velho, idealizada pelo barão de Jaraguá, mas sem esquecer a Fábrica de Pedra fundada por Delmiro da Cruz Gouveia, quem mais teve fama no ciclo algodoeiro e no advento das vilas operárias também foi o responsável pela abertura de estradas de rodagem e pela construção de um complexo de algodão. Seu maior feito foi a construção da primeira Hidroelétrica brasileira.

A entrada da ferrovia em 1884 no Estado migrou o sistema açucareiro para outras localidades como o agreste e cidades em Rio Largo, Atalaia, Viçosa, Quebrangulo, União dos Palmares, Palmeira dos Índios e Arapiraca.

As cidades de Porto Calvo e Porto de Pedras serviram de transporte fluvial e marítimo para o desenvolvimento de São Miguel dos Campos e Penedo que mantinham relações comerciais com as praças de Maceió, Recife e Salvador. A navegação serviu, por muito tempo de carregamento e transporte de mercadorias para a zona da mata.

Ao passar dos anos o processo de desenvolvimento foi sendo ampliado para a construção das estradas, interligando as estradas estaduais e municipais, interligando quase todas as cidades e povoados do Estado de Alagoas.

Alagoas passa pelo êxodo da caatinga com a saída de pessoas em busca de trabalho. Gente de várias partes do Estado, da zona da mata açucareira em busca de trabalho nas obras da hidroelétrica.

Trinta anos mais tarde, fundou a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, instalando-se em Rio Largo, a Companhia Progresso Alagoano em

Cachoeira e Companhia de Fiação e Tecidos Norte-Alagoas conhecida por “Fábrica da Saúde”, que desta atividade têxtil surgiram as toalhas da Alagoana.

Os 12 primeiros anos do século se deram por lutas partidárias. Contudo, não houve paralisação nas diferentes atividades do estado. Maceió ganhou prédios públicos, como o palácio do governo, inaugurado em 16 de setembro de 1902, o Teatro Deodoro e o edifício da municipalidade, ainda hoje existente.

Em 1924, a atual segunda maior cidade de Alagoas, a cidade de Arapiraca, se torna independente, com o território localizado no centro de Alagoas. Até 1930, os governadores locais, que pertenciam ao Partido Democrata, contribuíram para o progresso do estado, abrindo estradas de rodagem em direção ao norte, e ao centro. Também foi implantado a Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODEAL), dando origem ao Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico de Alagoas. Nas atividades deste plano se destacavam a criação de uma infraestrutura econômica para o Estado, com prioridade para os setores de energia elétrica (a criação da CEAL), transporte, água, armazéns e silos, desenvolvidos de forma conjugada com o desenvolvimento regional produzido pela SUDENE.

Posteriormente foram projetados os trechos de Atalaia e de Palmeira dos Índios, bem como, estrada de penetração para a zona do sertão.

Paralelamente, Maceió foi se renovando com aberturas de ruas e avenidas, pesquisas petrolíferas, que se deram principalmente após a promulgação de uma nova constituição. Foi construído o Porto de Maceió, e incrementado atividades econômicas, sobretudo, com a diversificação da produção agrícola, e a implantação da indústria leiteira em Jacaré dos Homens.

O desenvolvimento econômico do Estado foi de grande importância para a contribuição do abastecimento dos municípios vizinhos. A Usina Caeté foi a primeira cooperativa de plantadores de cana.

Em 1953, René Bertholet vem a Alagoas como membro do Plano Nacional de Colonização idealizando a criação de uma Cooperativa que pudesse oferecer emprego e renda a uma comunidade auto-sustentável. A Colônia Pindorama foi criada, localizada ao sul do Estado entre os municípios

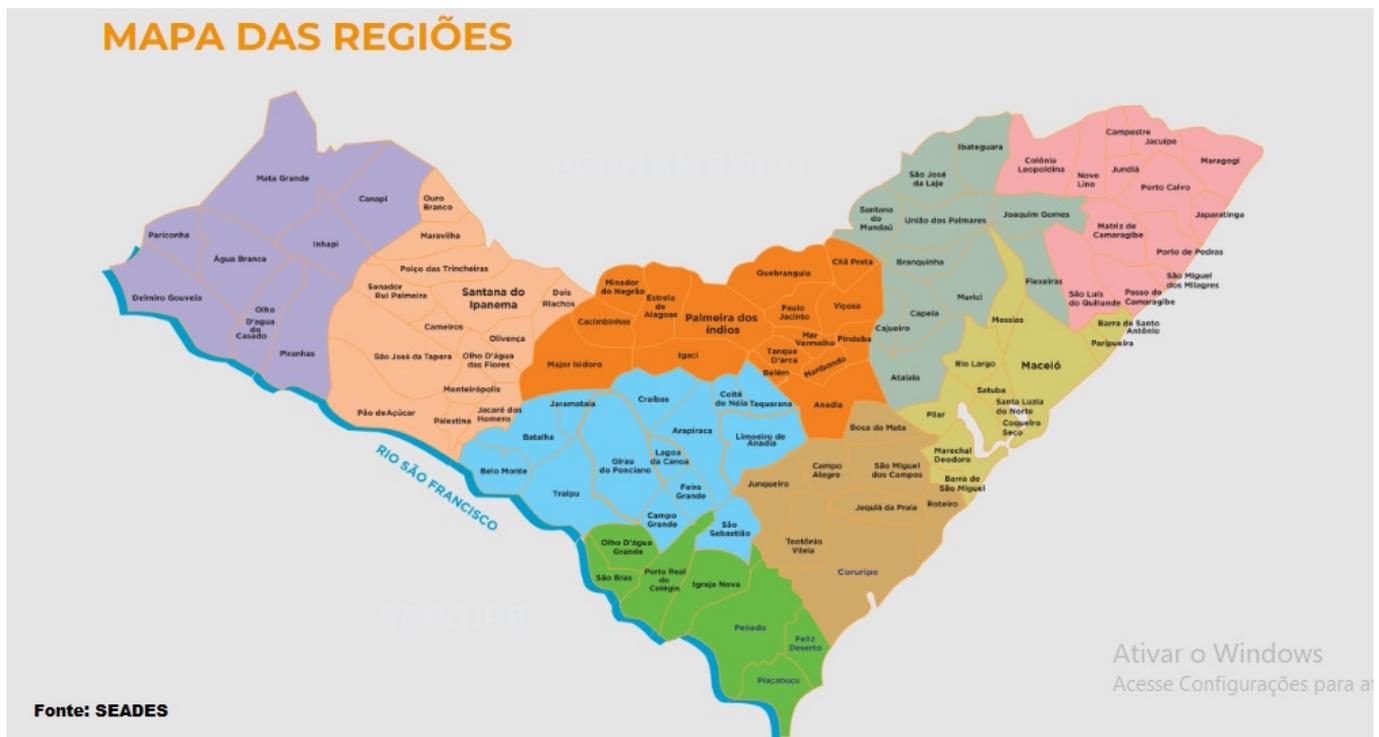
de Feliz Deserto e Coruripe e funcionava como um empreendimento de agricultores assentados com o intuito de fornecer matéria prima, além de serem donos do próprio negócio e participarem dos lucros.

A cooperativa surge no meio do latifúndio como uma forma positiva de produtividade e ganho para o homem do campo que lutava ao meio dos fracassos da reforma agrária e das invasões de terra. A Pindorama produziu vários produtos derivados do coco, doces geléias, sucos, vinagre, etc.

No que se refere ao sertão Alagoano, a ocupação se deu pela pecuária extensiva, a agricultura de subsistência e a chegada do algodão, como será evidenciado nos municípios escolhidos no tópico a seguir. A mata seca da Caatinga sofreu com o corte na produção de carvão, mas reinventou-se no plantio da mata, no capim para o gado e com o cultivo do algodão. A pecuária se desenvolveu como uma atividade de extrema importância no Estado. Serviam de auxiliar de força para a produção do açúcar, transporte de madeira e ao longo dos anos foi sendo adaptado para a criação e a produção do couro.

A produção do leite teve sua importância no semiáridoalagoano principalmente pelo objetivo primeiro de conceder a subsistência da população local. A palma serviu de alimento para o gado, em muitos momentos de seca e estiagem a fim de assegurar a produção da bacia leiteira. O melhoramento nas condições locais possibilitou facilidades no desenvolvimento do médio sertão Alagoano. A criação de cisternas e açudes, o aperfeiçoamento da infraestrutura e a aproximação do processo industrial aos municípios marcaram este período tão importante, para o desenvolvimento local.

O MÉDIO SERTÃO ALAGOANO



O Médio Sertão de Alagoas é uma região localizada no interior do estado com uma área que compreende Municípios de características semiáridas no seu clima, geralmente marcado por chuvas irregulares em poucos meses do ano, com solo árido e vegetação típica da caatinga, além de temperaturas altas durante a maior parte do ano.

A economia é baseada principalmente na agricultura e na pecuária com variedades de culturas adaptadas ao clima, como o milho, feijão, mandioca e na pecuária, o gado, caprino e ovino. Com influência indígena, africana e europeia, a culinária e o artesanato são elementos importantes da identidade cultural da região, pois reflete a diversidade e a história do povo do sertanejo.

Apesar da diversidade na produção de energia renovável, na agricultura familiar, na produção de um desenvolvimento sustentável da região, o médio sertão enfrenta a dificuldade dos serviços básicos, falta de infraestrutura e escassez de água.

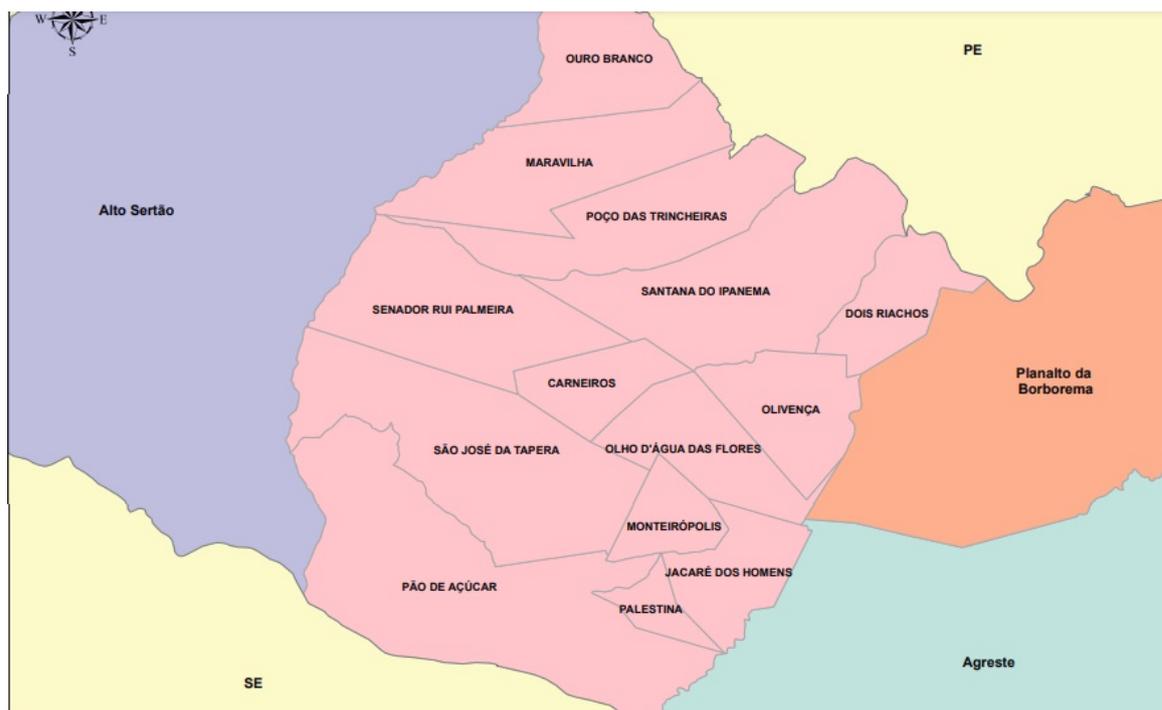


Figura 01 - Fonte: Alagoas em Dados

REGIÃO DO MÉDIO SERTÃO	
Carneiros	Ouro Branco
Dois Riachos	Palestina
Jacaré dos Homens	Pão de Açúcar
Maravilha	Poço das Trincheiras
Monteirópolis	Santana do Ipanema
Olho D'água das Flores	São José da Tapera
Olivença	Senador Rui Palmeira

Figura 02 - Fonte: Alagoas em Dados

1- SANTANA DO IPANEMA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no painel que trata das cidades e estados, o Município de Santana do Ipanema retrata a história em que “no final do século XVIII, a atual cidade não passava de um arraial, habitado por índios e mestiços”. A chegada do padre Francisco José Correia de Albuquerque à região (vindo de Pernambuco), foi marcada pela catequização dos índios e da construção da primeira igreja. “em 1815, os irmãos Martins e Pedro Vieira Rêgo, descendentes de portugueses e vindos da Bahia, foram beneficiados pelo rei com uma sesmaria, instalando-se perto da Ribeira do Panema (próxima às serras da Camonga, Caiçara e Gogy), transformando suas terras em grandes fazendas e tornando-se os primeiros colonizadores”.

O município de Santana do Ipanema está situado em uma região estratégica do estado de Alagoas, próximo a importantes centros urbanos e vias de transporte, facilitando o acesso a mercados consumidores e à circulação de bens e serviços, contribuindo para o desenvolvimento econômico da cidade.

Fonte: IBGE

POPULAÇÃO		EDUCAÇÃO	
População no último censo [2022]	46.220 pessoas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,7 %
Densidade demográfica [2022]	105,97 habitante por quilômetro quadrado	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,7
		IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,5
TRABALHO E RENDIMENTO		Matrículas no ensino fundamental [2021]	7.553 matrículas
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,8 salários mínimos	Matrículas no ensino médio [2021]	2.556 matrículas
Pessoal ocupado [2021]	5.099 pessoas	Docentes no ensino fundamental [2021]	398 docentes
População ocupada [2021]	10,64 %	Docentes no ensino médio [2021]	168 docentes
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	51,7 %	Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	35 escolas
		Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	9 escolas

Figura 03 - Fonte: IBGE

ECONOMIA	
PIB per capita [2021]	13.489,50 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	-
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,591
Total de receitas realizadas [2017]	132.390,93 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	124.347,37 R\$ (×1000)
SAÚDE	
Mortalidade Infantil [2020]	14,44 óbitos por mil nascidos vivos
Internações por diarreia [2016]	0,7 internações por mil habitantes
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	27 estabelecimentos

Figura 04 - Fonte: IBGE

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

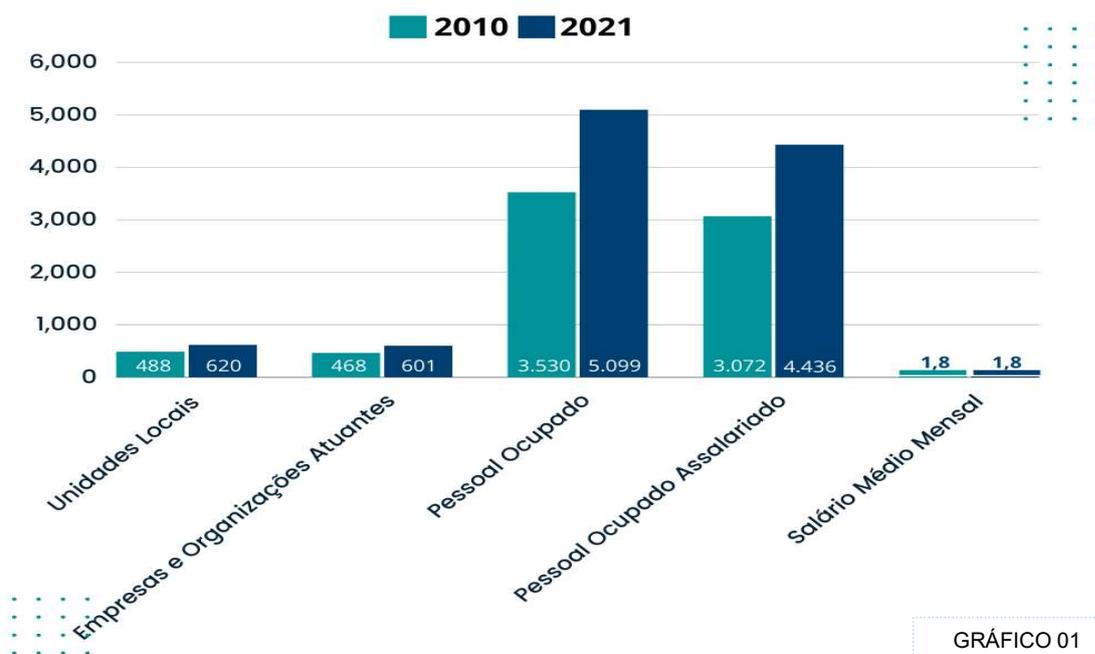


GRÁFICO 01
FONTE – DATA
SEBRAE

As duas forças econômicas mais importantes do Município são a agricultura e a pecuária por desempenharem um papel fundamental para a economia local, contribuindo para a geração de emprego e renda na região.

Na pecuária, destacam-se a criação de gado bovino, caprino e ovino. O gado bovino é especialmente relevante, com criação tanto para corte quanto para a produção de leite, desta forma, a região possui um grande número de fazendas e propriedades rurais dedicadas à pecuária, contribuindo para a oferta de carne e derivados do leite no mercado regional

A produção de galináceos (galinhas, galos, patos e peru) é uma atividade relevante no município, realizada em sistemas de criação extensivos, semi-intensivos ou intensivos, com variações dependendo do porte e das práticas adotadas pelos produtores. A produção das aves pode ocorrer tanto em pequenas propriedades familiares quanto em estabelecimentos de maior porte.

PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

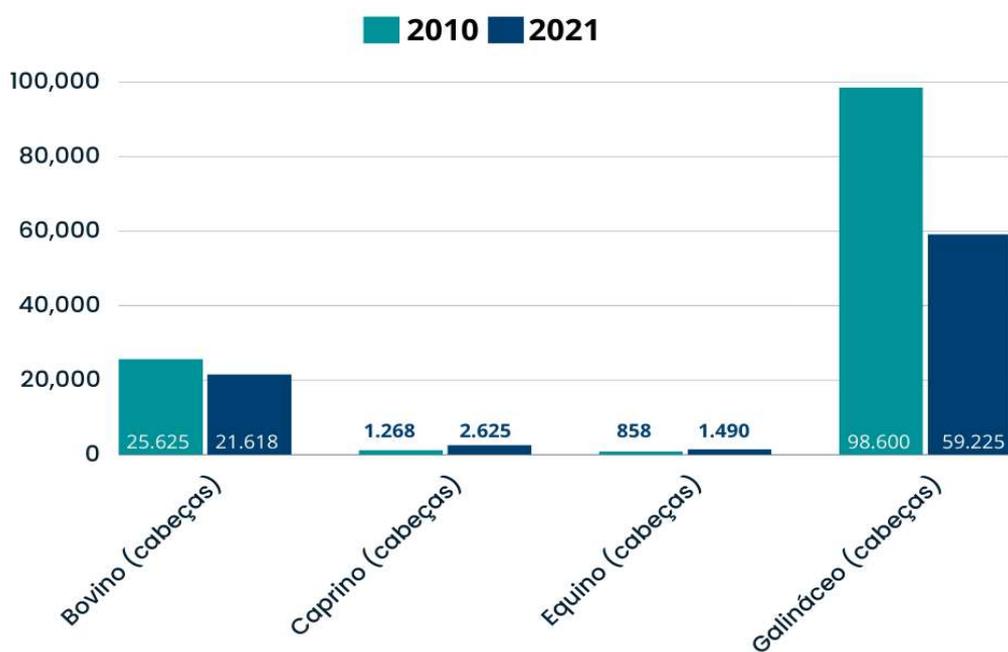
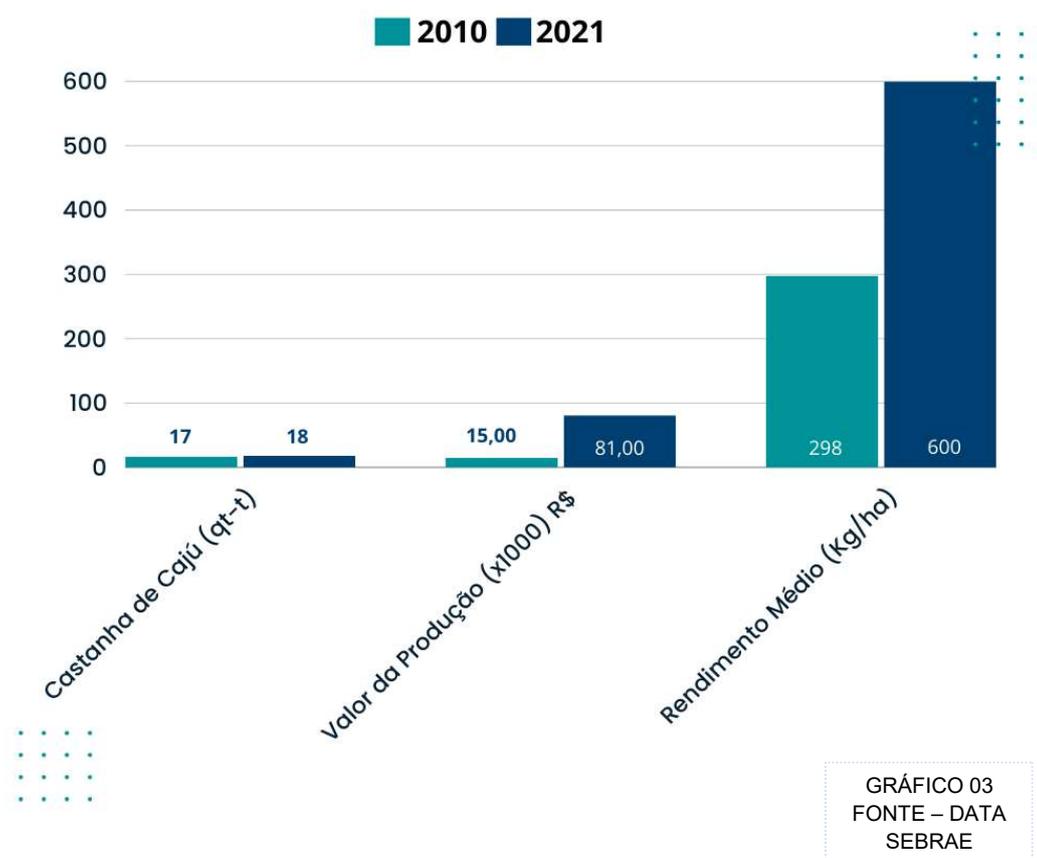


GRÁFICO 02
FONTE – DATA
SEBRAE

A castanha de Caju está mais concentrada em regiões que apresentam condições climáticas e edafoclimáticas mais adequadas para o cultivo dessa cultura, mas é importante ressaltar que a agricultura é uma atividade dinâmica que pode haver iniciativas individuais no cultivo de castanha de caju em determinadas regiões, no entanto, essa produção tende a ser menos expressiva em comparação com outras culturas mais tradicionais.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



A produção agrícola é diversificada e incluem culturas do milho, feijão, mandioca, algodão, entre outras e são cultivadas tanto para o consumo interno quanto para a comercialização, abastecendo mercados locais e regionais.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

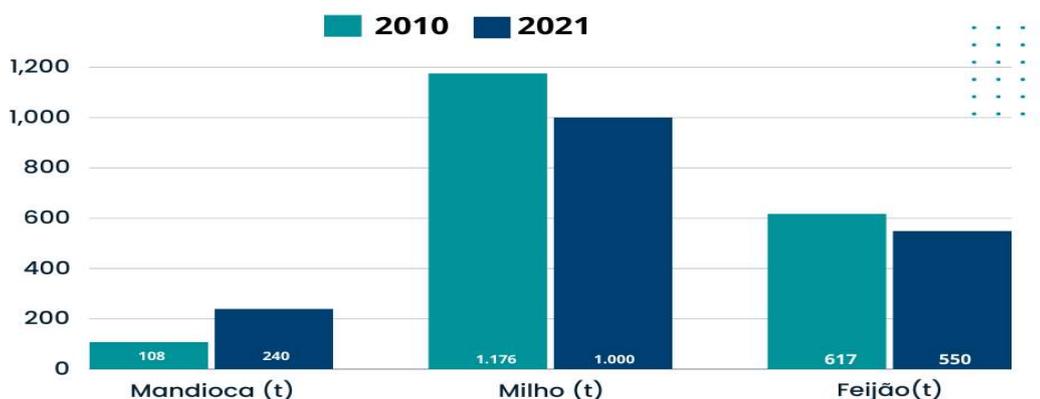


GRÁFICO 04
FONTE – DATA
SEBRAE

No gráfico quatro é possível observar um aumento em 2021 na produção de mandioca e uma diminuição na produção do milho e do feijão, em relação ao mesmo ano, levando a entender que a escassez da água na região, dificultou a produção de feijão e milho, já que a mandioca é a que melhor se adapta às condições de temperatura alta no semiárido.

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

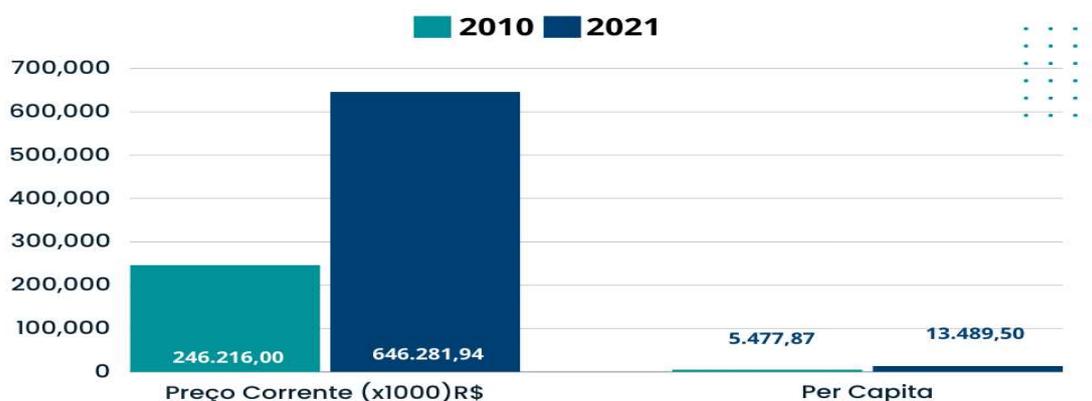


GRÁFICO 05
FONTE – DATA
SEBRAE

2 - PÃO DE AÇÚCAR

O Município de Pão de Açúcar começou a ser povoado por volta de 1611 pela mistura de brancos e índios da Serra do Aracaré no Estado de Sergipe. Os Urumaris, índios que habitavam a região, por volta do século XVII, conseguiram do Rei D. João IV as terras às margens do rio São Francisco e deram ao lugar, o nome de 'Jacibá', que na linguagem tupi-guarani significa 'Espelho da Lua'. Esta doação provocou inveja entre os índios Chocós, que acabaram invadindo as terras dos Urumaris e os expulsaram de lá.

Em 1634, Cristóvão da Rocha tomou posse das terras onde hoje está localizado o município, mas em 1660 as terras passaram, por carta de sesmaria, para o português Lourenço José de Brito Correia, que instalou uma fazenda de gado e deu a ela o nome de Pão de Açúcar. O nome vem da forma de um dos morros que era semelhante à maneira pela qual se purificava o açúcar.

Em 1815, as terras foram leiloadas e arrematadas pela família do padre José Rodrigues Delgado, que ajudou no desenvolvimento do povoado. Pão de Açúcar ainda era vila, em 1859, quando D. Pedro II pernoitou lá, em sua viagem para Paulo Afonso.

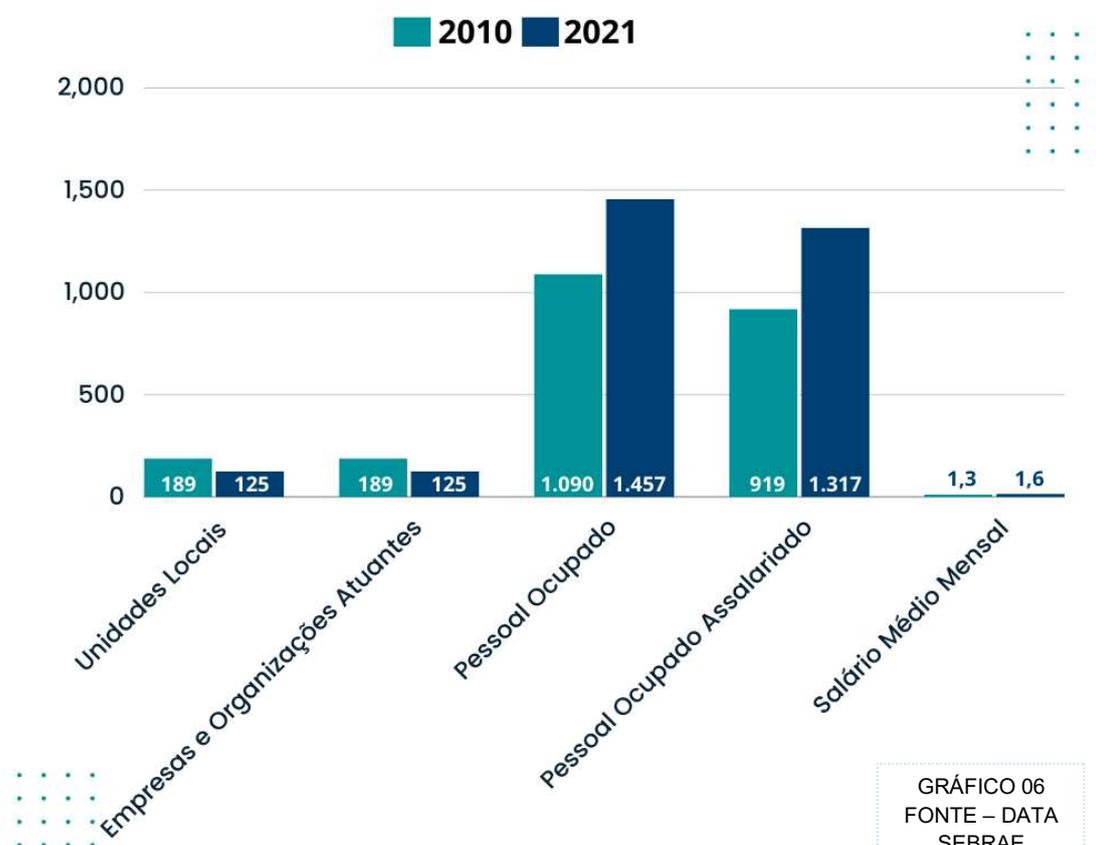
Pão de Açúcar foi elevado à condição de cidade em 18 de junho de 1887, através da Lei 756 desmembrado de Mata Grande. Os pratos típicos da região eram peixe surubim, camarão-pitu e a tradicional carne de sol. O artesanato se dá pela confecção em palha, couro, barro, tecido e madeira, atração na vila Ilha do Ferro.

FONTE: IBGE

POPULAÇÃO		EDUCAÇÃO	
População estimada [2021]	24.307 pessoas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96,3 %
População no último censo [2010]	23.811 pessoas	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,7
Densidade demográfica [2010]	34,86 hab/km²	IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,0
TRABALHO E RENDIMENTO		Matrículas no ensino fundamental [2021]	3.826 matrículas
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2020]	1,6 salários mínimos	Matrículas no ensino médio [2021]	1.056 matrículas
Pessoal ocupado [2020]	1.345 pessoas	Docentes no ensino fundamental [2021]	216 docentes
População ocupada [2020]	5,5 %	Docentes no ensino médio [2021]	62 docentes
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	56,1 %	Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	25 escolas
ECONOMIA		Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	4 escolas
PIB per capita [2020]	9.500,20 R\$	SAÚDE	
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	85,4 %	Mortalidade Infantil [2020]	17 óbitos por mil nascidos vivos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,593		

Figura 05 – Fonte: IBGE

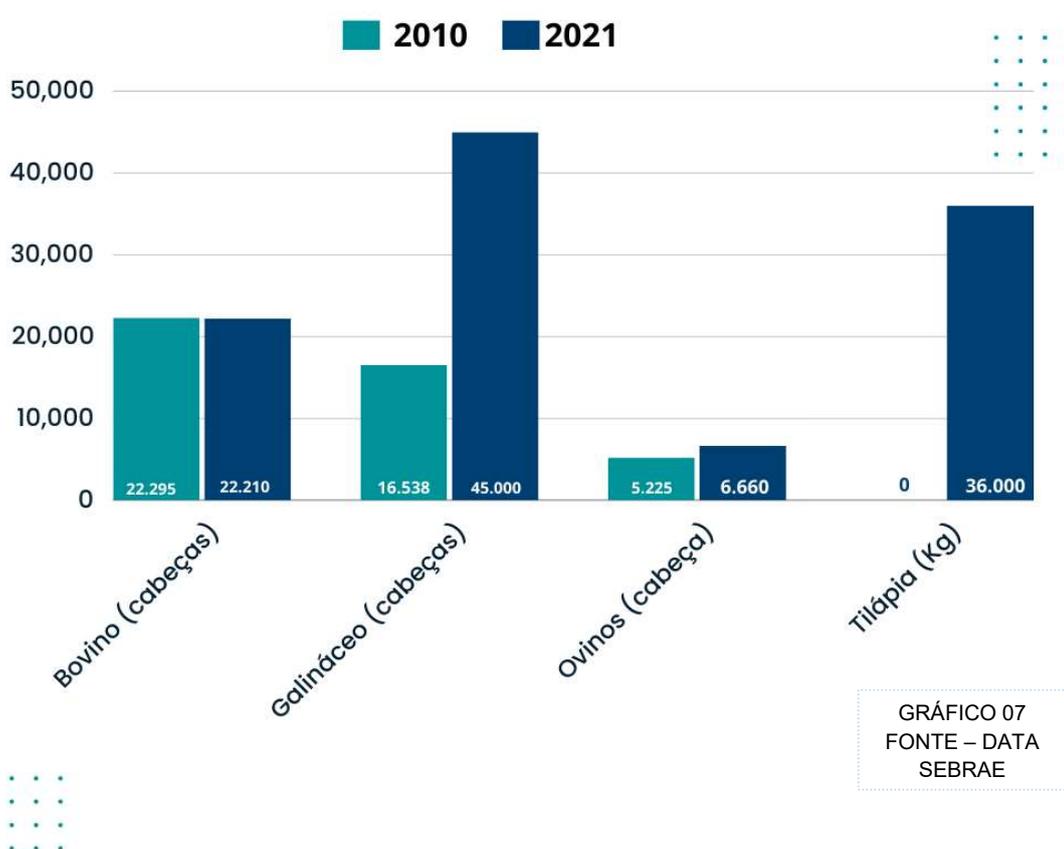
CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

A pecuária no Município de Pão de Açúcar faz parte de uma importante atividade econômica pois contribui para a geração de emprego e renda local. Além de diversificada inclui as criações de gado, caprino e ovino. A criação de galináceos é uma atividade econômica relevante para muitos agricultores familiares e para os pequenos produtores rurais importantes para o abastecimento regional de ovos e carne de frango. Nas áreas rurais é comum encontrar galinhas de caipira em quintais, criadas soltas e se alimentando de acordo com a disponibilidade e práticas de manejo adotadas por cada produtor.

Abaixo, no gráfico de número sete, é possível verificar um aumento considerável em 2021 na produção de galinhas mas para além desta produção, o surgimento de uma nova categoria, a criação de tilápias. Paralelo a esta informação, a criação de gado estava em 2010 como uma das mais importantes atividades pecuárias.



PRODUÇÃO AGRÍCOLA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

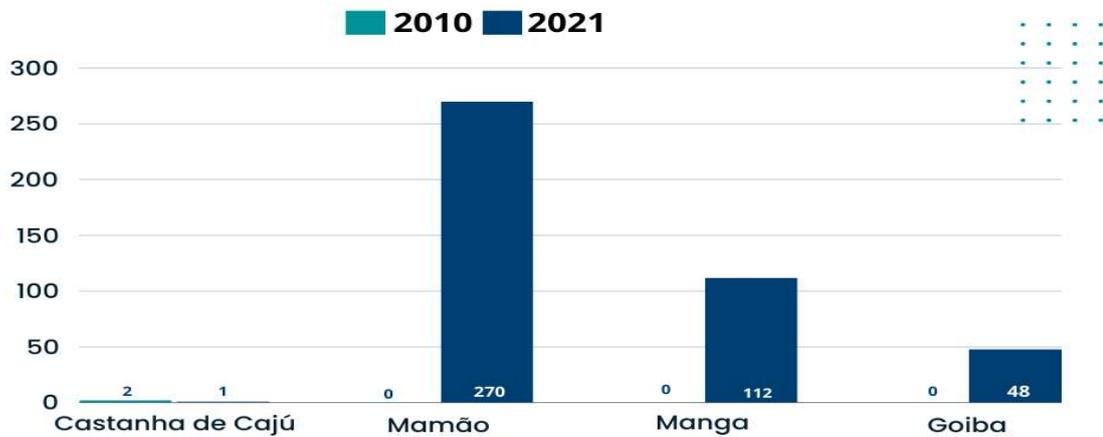


GRÁFICO 08
FONTE – DATA
SEBRAE

A produção Agrícola é evidenciada pelo surgimento dos itens no gráfico acima apenas no ano de 2021. Frutas que podem se adaptar bem ao clima e às condições secas do município.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

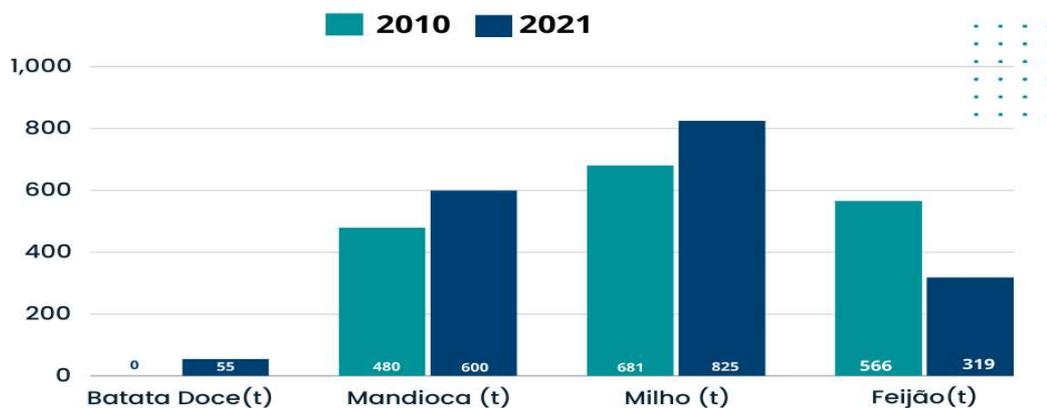


GRÁFICO 09
FONTE – DATA
SEBRAE

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

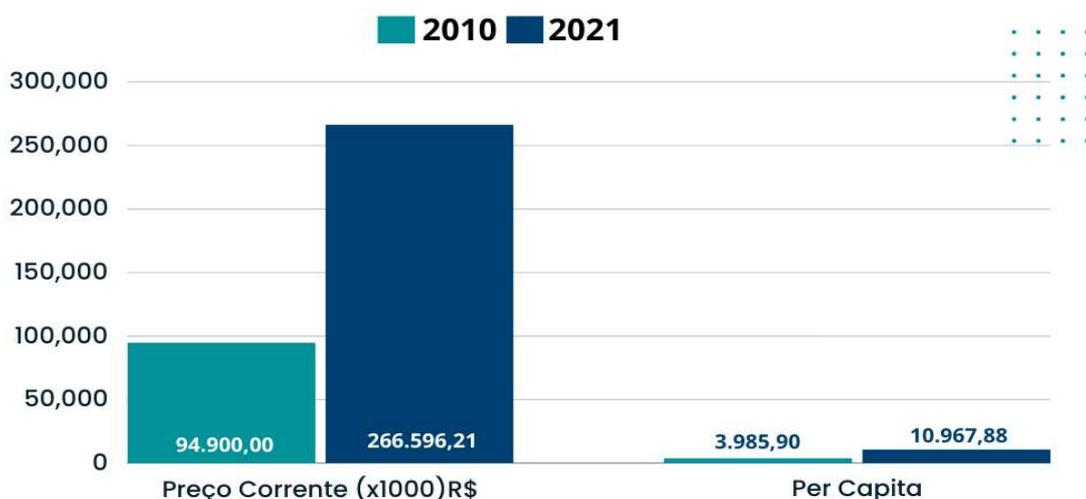


GRÁFICO 10
FONTE – DATA
SEBRAE

3 - JACARÉ DOS HOMENS

Foi com o desenvolvimento da fazenda São Francisco que o povoamento do município de Jacaré dos Homens se iniciou, por volta de 1900. Domingos de Freitas Mourão era o proprietário da fazenda, na época e ali foram construídas várias casas.

A história conta sobre a aparição de um jacaré no riacho que passava próximo ao lugarejo e que deu notoriedade ao local. O topônimo 'dos Homens' teria sido acrescentado pelos comerciantes de Penedo, conhecidos como Peixotos, que negociavam muito na região. Afirmavam que Jacaré era terra de comerciantes honestos, sinceros e leais e desta forma, resumiam ao vocábulo 'dos Homens' às qualidades encontradas nas pessoas com quem comercializavam.

O IBGE escreve que “Em 17 de setembro de 1949, foi elevado à condição de vila por força da Lei 1.473. Alcançou autonomia

administrativa através da Lei 2.073 de novembro de 1957, sendo instalado oficialmente em 1º de janeiro de 1959 desmembrado de Pão de Açúcar.”

A pecuária é representada como uma fonte de divisas para o município, que está integrado na chamada Bacia Leiteira.

Fonte: IBGE

POPULAÇÃO		EDUCAÇÃO	
População no último censo [2022]	5.083 pessoas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6 %
Densidade demográfica [2022]	34,12 habitante por quilômetro quadrado	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,5
TRABALHO E RENDIMENTO		IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,6
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,7 salários mínimos	Matrículas no ensino fundamental [2021]	868 matrículas
Pessoal ocupado [2021]	259 pessoas	Matrículas no ensino médio [2021]	265 matrículas
População ocupada [2020]	4,9 %	Docentes no ensino fundamental [2021]	45 docentes
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	50,2 %	Docentes no ensino médio [2021]	13 docentes
ECONOMIA		Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	8 escolas
PIB per capita [2020]	12.178,27 R\$	Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1 escolas
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	97,8 %	SAÚDE	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,583	Mortalidade Infantil [2020]	12,35 óbitos por mil nascidos vivos
Total de receitas realizadas [2017]	19.618,64 R\$ (×1000)	Internações por diarreia [2016]	3,2 internações por mil habitantes
Total de despesas empenhadas [2017]	17.950,94 R\$ (×1000)	Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	11 estabelecimentos

Figura 06 - Fonte: IBGE

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

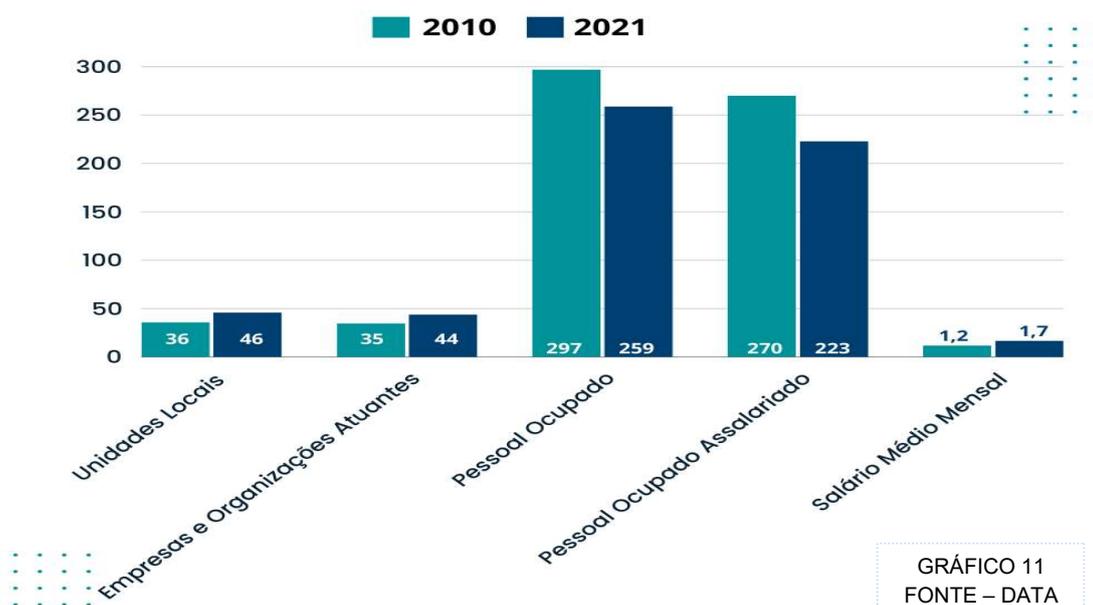
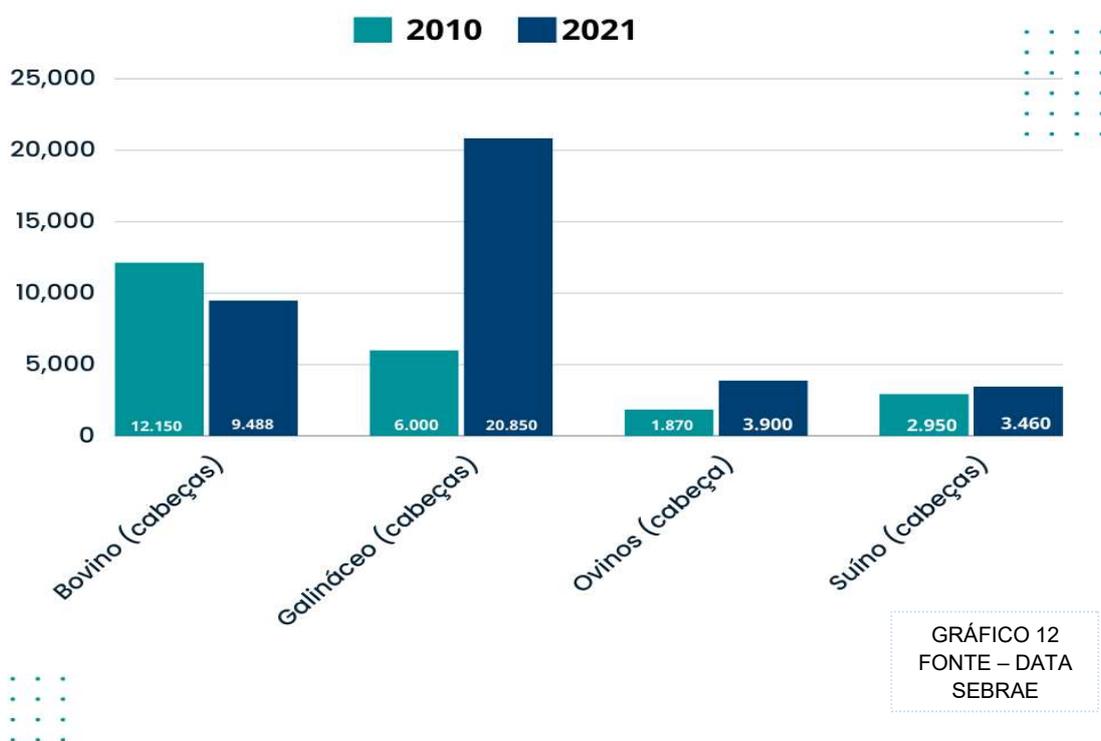


GRÁFICO 11
FONTE – DATA
SEBRAE

Com relação à pecuária, o município desempenha um papel importante na economia local, assim como em todos os outros já elencados acima. Embora a criação de gado seja uma das atividades mais comuns, com rebanhos de gado para a produção de carne e leite, criados em propriedades familiares e em fazendas maiores, é possível ver uma diminuição dessa produção no ano de 2021 em relação a dez anos atrás, diferente da produção de galinhas, ovelhas e porcos, conforme mostra o gráfico de número doze, abaixo:

PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



No que se refere à produção agrícola, o cultivo de grãos como o milho, feijão e arroz, é comum em muitas áreas do Estado de Alagoas e não é diferente em Jacaré dos Homens. São produtos importantes para assegurar uma alimentação de subsistência para a população local e para os animais.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

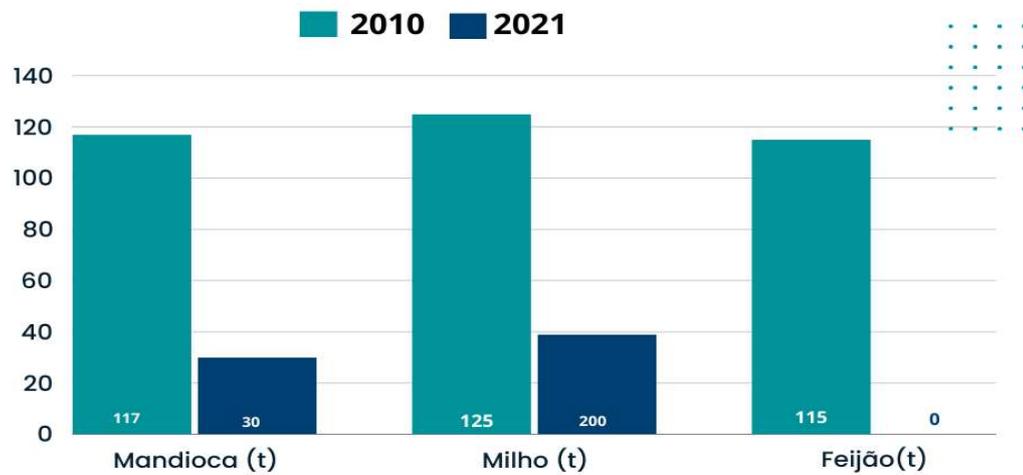


GRÁFICO 13
FONTE – DATA
SEBRAE

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

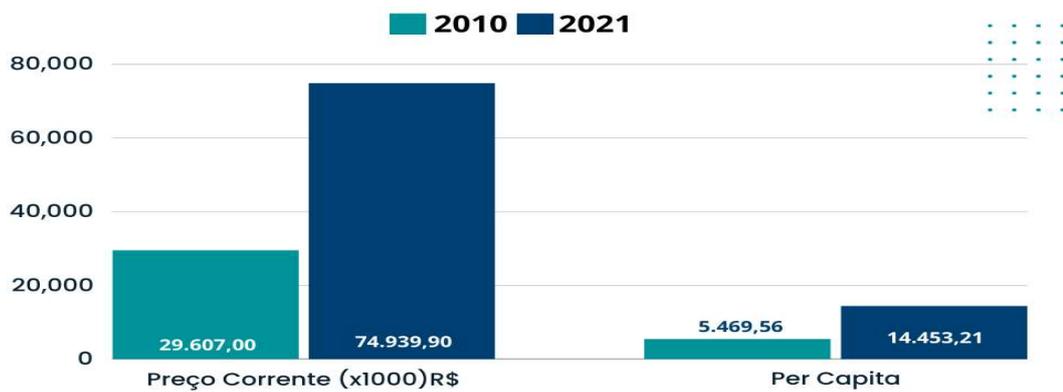


GRÁFICO 14
FONTE – DATA
SEBRAE

4 - OURO BRANCO

O povoado onde hoje está o município de Ouro Branco começou a surgir por volta de 1830, mas só em 1881, quando Domingos Gomes mandou construir uma capela de pedra, foi que moradores das regiões vizinhas começaram a se mudar para lá.

Vindo de Minas Gerais, Domingos comprou terras da família Paranhos e se mudou para Ouro Branco. Tornou-se um líder na época e escolheu o padroeiro Santo Antônio, além de dar o nome de Olho D'água do Cajueiro vila que se formava.

Em 1901, foi elevado à categoria de vila e chegou a sofrer ataques dos bandos de Lampião e Antônio Purcino. Anos mais tarde, chegou à vila Antônio, Giló de Campos que, impressionado com a brancura das imensas plantações de algodão, escolheu o nome Ouro Branco para a futura cidade. A partir dessa época, a cidade não parou de crescer, incentivando Luiz Gonzaga de Carvalho, José Limeira Lima, Francisco Sotero Ângelo e José Soares da Silva a iniciarem o movimento pela emancipação.

O município foi desmembrado de Santana do Ipanema em 1962 através da Lei 2.445. Ouro Branco chamou a atenção da comunidade científica que vêm realizando estudos geológicos em dois de seus pontos atrativos: a Pedra da Capelinha e o Lajedo Grande.

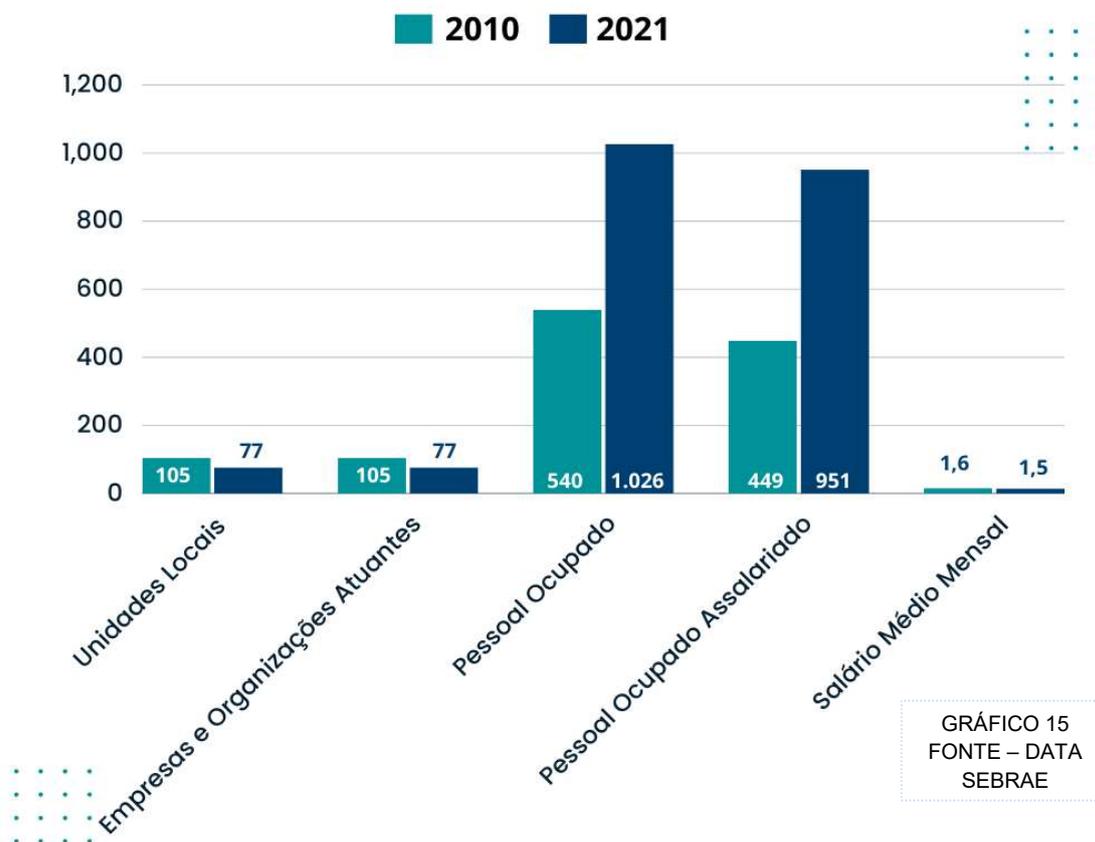
Entre as festividades destacam-se a festa do padroeiro (01 a 13 de junho), a festa do dia da Independência (07 de setembro) e a da Emancipação Política (21 de junho).

Fonte: IBGE

EDUCAÇÃO		POPULAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	95,6 %	População no último censo [2022]	11.446 pessoas
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,8	Densidade demográfica [2022]	58,23 habitante por quilômetro quadrado
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,5	TRABALHO E RENDIMENTO	
Matriculas no ensino fundamental [2021]	1.948 matrículas	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	1,5 salários mínimos
Matriculas no ensino médio [2021]	482 matrículas	Pessoal ocupado [2021]	1.026 pessoas
Docentes no ensino fundamental [2021]	92 docentes	População ocupada [2021]	8,87 %
Docentes no ensino médio [2021]	19 docentes	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	53 %
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	13 escolas	ECONOMIA	
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1 escolas	PIB per capita [2021]	9.543,68 R\$
SAÚDE		Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	93 %
Mortalidade Infantil [2020]	11,05 óbitos por mil nascidos vivos	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,547
Internações por diarreia [2016]	0,5 internações por mil habitantes	Total de receitas realizadas [2017] (<1000)	30.221,67 R\$
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	6 estabelecimentos	Total de despesas empenhadas [2017] (<1000)	30.590,64 R\$

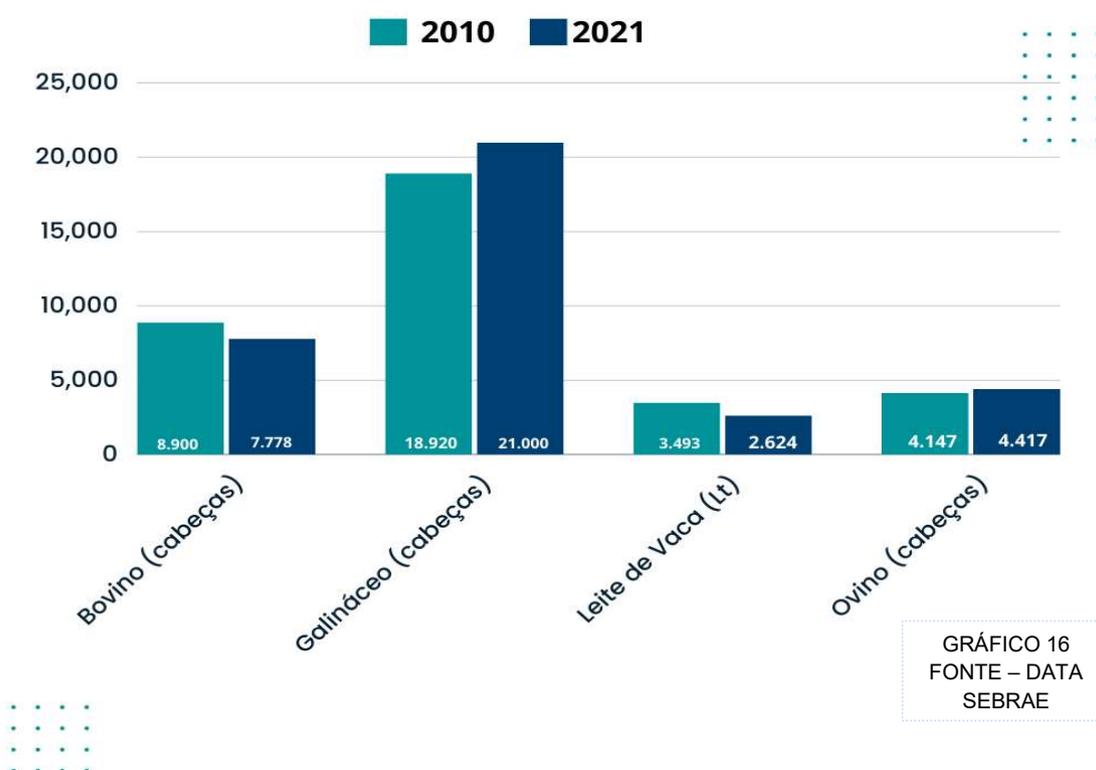
Figura 07 - Fonte: IBGE

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE ANOS DE 2010 E 2021



A pecuária tem papel importante na economia de Ouro Branco com a criação de gado, caprino e ovino para a produção de carne e leite. Mas a atividade mais tradicional, a criação de gado, cedeu lugar atual para a criação de galinhas. Abaixo, é possível observar, no gráfico dezesseis um aumento significativo desta produção nos anos de 2010 e 2021.

PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



O Município de Ouro Branco possui uma economia voltada para a agricultura e pecuária. Os agricultores cultivavam milho, feijão, batata-doce, dentre outros como mostra o gráfico dezessete. O gráfico tem mostrado uma considerável diminuição desta produção no ano de 2021 em comparação há dez anos.

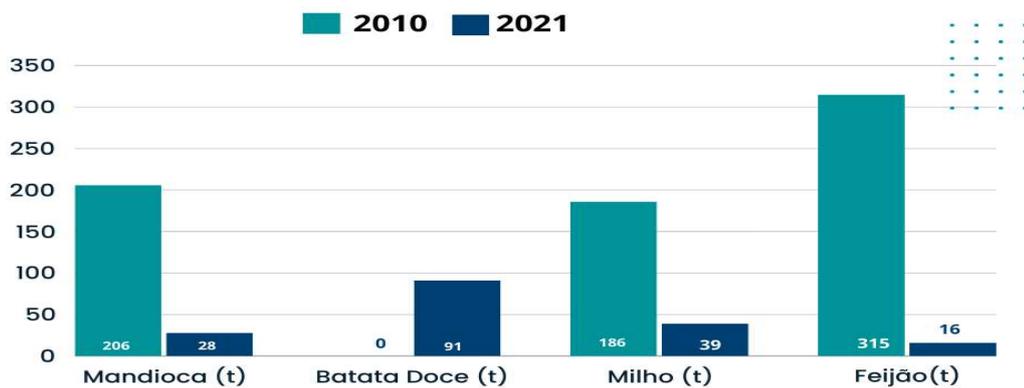


GRÁFICO 17
 FONTE – DATA
 SEBRAE

PRODUÇÃO AGRÍCOLA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

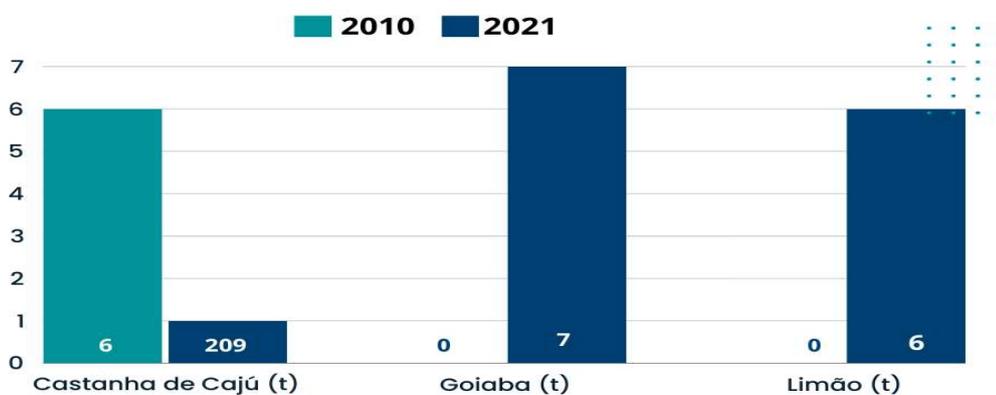


GRÁFICO 18
 FONTE – DATA
 SEBRAE

É possível verificar no gráfico acima, o surgimento de coisa novos itens de produção; o limão e a goiaba. No ano de 2021 e com a estiagem cada vez mais evidente, plantações com maior resistência a temperaturas altas, tem sido

uma alternativa. É possível verificar uma diminuição de forma considerável na produção da castanha de caju.

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

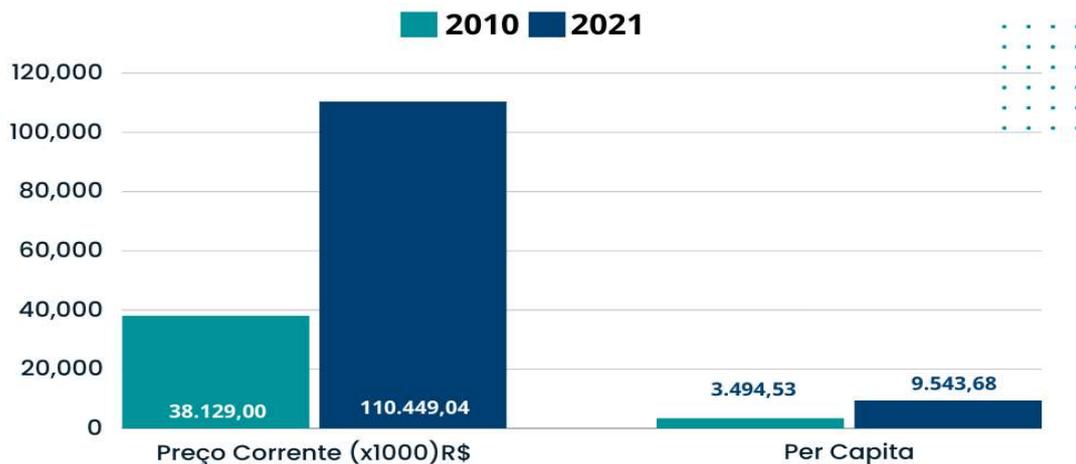


GRÁFICO 19
FONTE – DATA
SEBRAE

5 - DOIS RIACHOS

Miguel Vieira, muito conhecido no lugar, foi eleito para chefiar uma turma encarregada dos trabalhos num trecho da região, na construção da estrada que liga Delmiro Gouveia e Maceió. Miguel aproveitou a oportunidade e construiu um barraco onde começou um pequeno comércio, inclusive com uma pequena hospedaria para viajantes onde hoje está situada a Praça da Independência.

Em 1936, o lugar foi atacado por um bando de cangaceiros chefiados por Corisco. Nessa época chegou a Garcia como ali, foi batizada a localidade. Coube a Júlio Firmino Lima, trazendo mais trabalhadores para os serviços da rodovia, a idéia da realização da primeira feira.

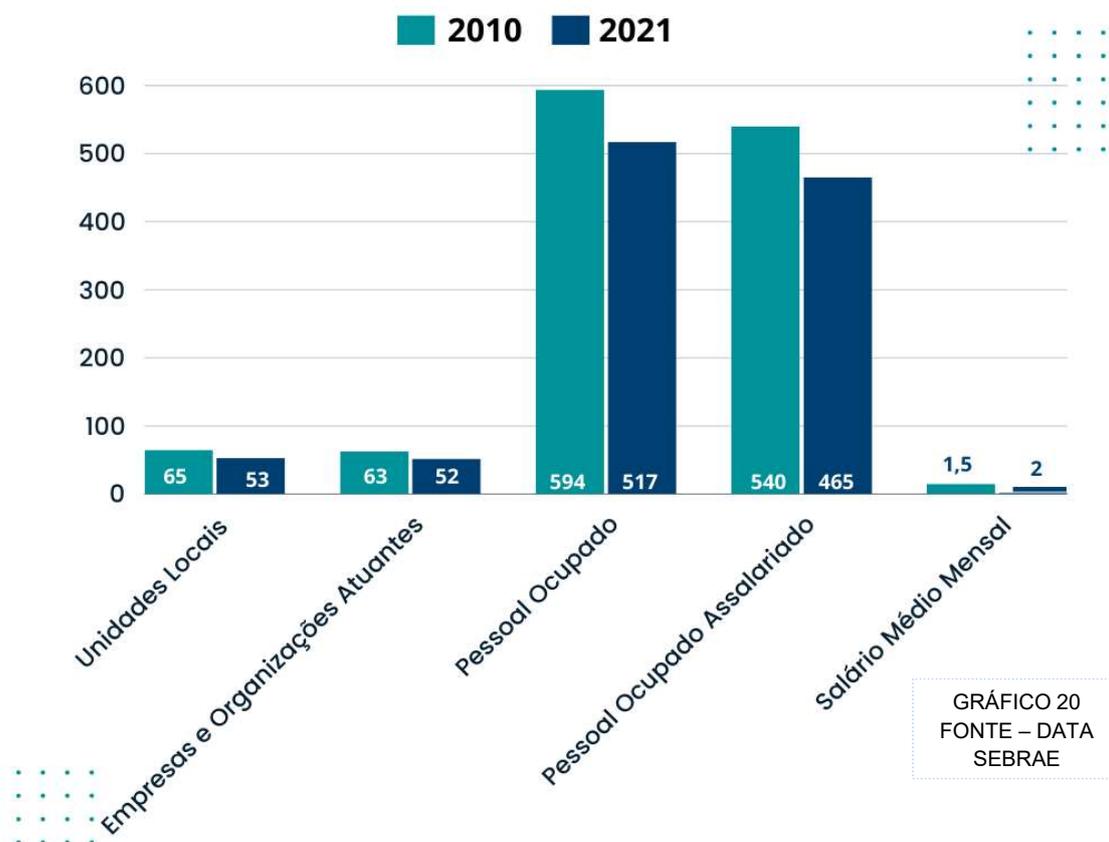
O nome Garcia foi dado por causa do riacho do mesmo nome que passa pelo local. O território de Dois Riachos pertencia a Santana do Ipanema até a emancipação política de Major Isidoro, quando passou a integrar o novo município. A situação permaneceu até 1960, quando as lideranças locais conseguiram sua autonomia administrativa através da Lei nº 2238, de 07 de junho.

Fonte: IBGE

EDUCAÇÃO		POPULAÇÃO	
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	93,9 %	População no último censo [2022]	9.805 pessoas
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	5,7	Densidade demográfica [2022]	69,23 habitante por quilômetro quadrado
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,8	TRABALHO E RENDIMENTO	
Matrículas no ensino fundamental [2021]	1.368 matrículas	Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2 salários mínimos
Matrículas no ensino médio [2021]	357 matrículas	Pessoal ocupado [2021]	517 pessoas
Docentes no ensino fundamental [2021]	80 docentes	População ocupada [2021]	4,67 %
Docentes no ensino médio [2021]	19 docentes	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	56,4 %
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	23 escolas	ECONOMIA	
Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1 escolas	PIB per capita [2021]	9.516,99 R\$
SAÚDE		Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	96,2 %
Mortalidade Infantil [2020]	6,8 óbitos por mil nascidos vivos	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,532
Internações por diarreia [2016]	0,1 internações por mil habitantes	Total de receitas realizadas [2017]	31.647,09 R\$ (×1000)
Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	6 estabelecimentos	Total de despesas empenhadas [2017]	28.802,74 R\$ (×1000)

Figura 08 - Fonte: IBGE

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



A criação do gado bovino é uma das atividades mais comuns em Dois Riachos, pois o gado é criado para a produção de carne e do leite, contribuindo para o abastecimento da região. A criação de ovinos também é uma prática do Município, assim como a criação de galinhas. No gráfico abaixo, a criação de galináceos realizou-se numa escala maior que a produção de bovinos, desde o ano de 2010. No ano de 2021, a produção do leite se equipara a de bovinos, mas ainda em número menor, em relação à produção de galinhas.

PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

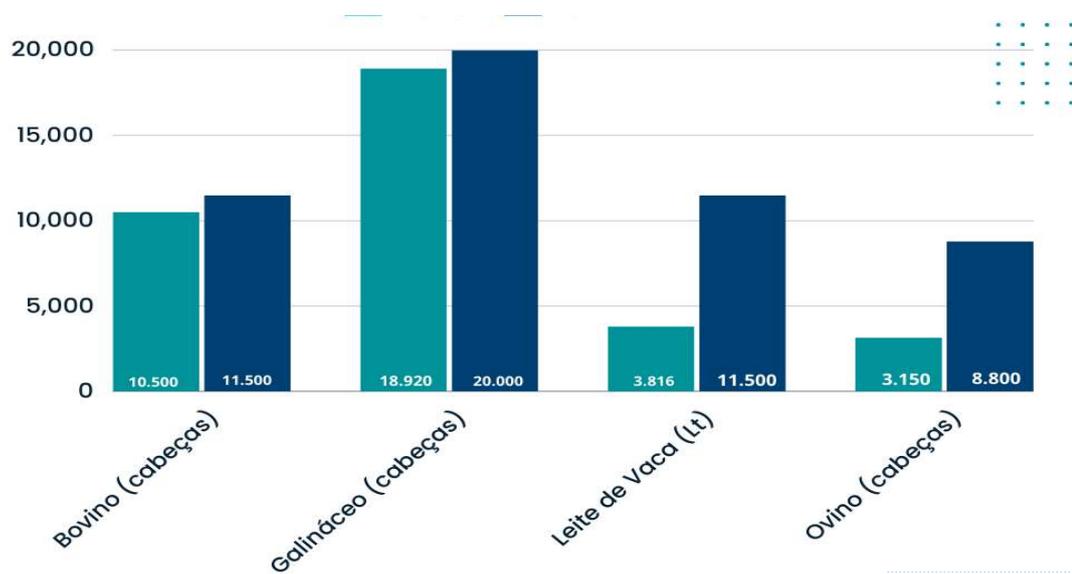


GRÁFICO 21
 FONTE – DATA
 SEBRAE

A produção de grãos como o milho, o feijão e a mandioca, é comum tanto para o consumo local, quanto para a comercialização em mercados regionais, mas a produção desses grãos no ano de 2021 caiu consideravelmente, para a produção do milho, chegando a não ter produção no cultivo da mandioca. Para o caso do feijão, houve um tímido aumento em relação ao ano de 2010.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

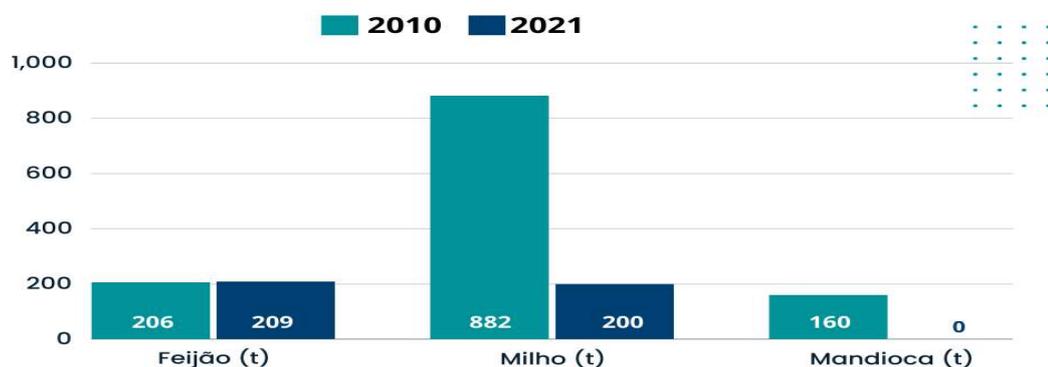


GRÁFICO 22
 FONTE – DATA
 SEBRAE

O município de Dois Riachos sofre com as regiões semiáridas, a escassez de água e com os solos inférteis pelas condições climáticas locais, porém, o município possui possibilidades de desenvolvimento com o aproveitamento de técnicas de agricultura de sequeiro – técnica agrícola para o cultivo em terrenos com pluviosidade baixa – uso de práticas de conservação de água e investimento em tecnologias agrícolas sustentáveis.

A diversificação da produção agrícola e pecuária, junto com o acesso ao crédito rural, assistência técnica e políticas públicas de apoio, O município tende, de forma positiva, evoluir economicamente e fortalecer em paralelo, a agricultura familiar.

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

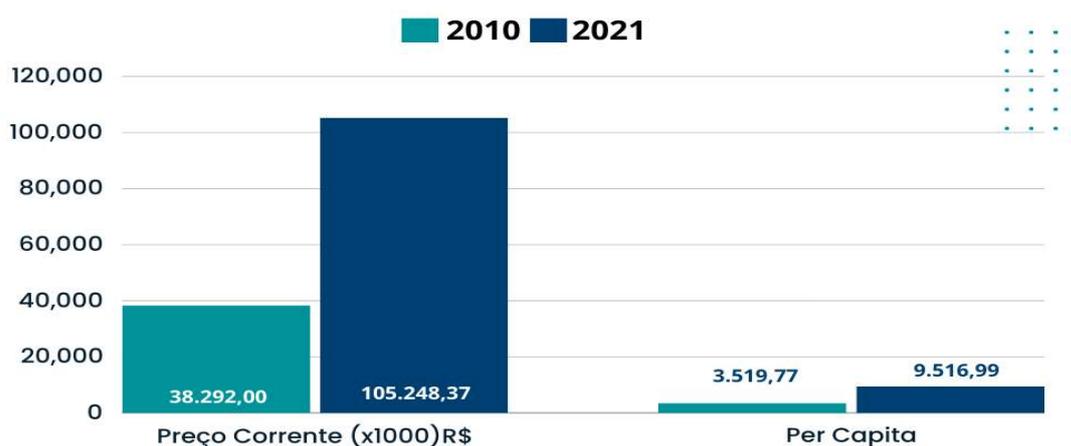


GRÁFICO 23
FONTE – DATA
SEBRAE

6 - SENADOR RUI PALMEIRA

Por volta de 1930, Antônio Afonso, vindo de Palmeira dos Índios, instalou uma fábrica de corda na região hoje ocupada pela sede do município de Senador Rui Palmeira. Ele utilizava como matéria-prima o caroá, planta de pouca folhagem que era encontrada com facilidade no entorno.

Em torno dessa atividade cresceu um reduzido povoado. O início das atividades comerciais apresentando características de feira se deu no dia 30 de outubro de 1943. Em 1945, José Rodrigues Fontes montou um alambique para a produção de cachaça, tornando a localidade conhecida como 'Usina'.

O topônimo 'Riacho Grande' acabou ficando como nome do povoado por causa do rio no local, que enche no inverno e fica maior. Foi com esse nome de Riacho Grande, adotado definitivamente pelo missionário e ratificado pela população, que o povoado se desenvolveu chegando ao ponto de tornar sua emancipação um fator natural.

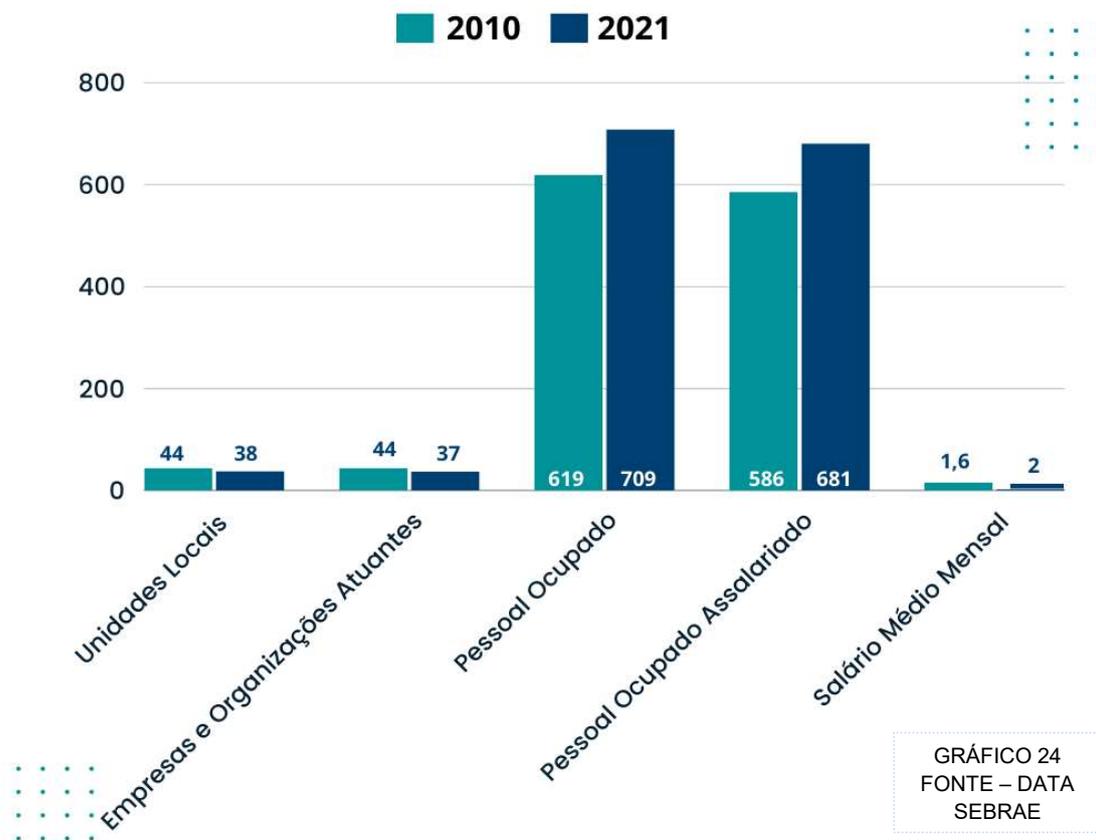
Em 1981, o Município conseguiu sua emancipação e se desvincula de Santana do Ipanema, ganhando um novo nome: Senador Rui Palmeira, uma homenagem feita pelo governador Guilherme Palmeira a seu pai.

Fonte: IBGE

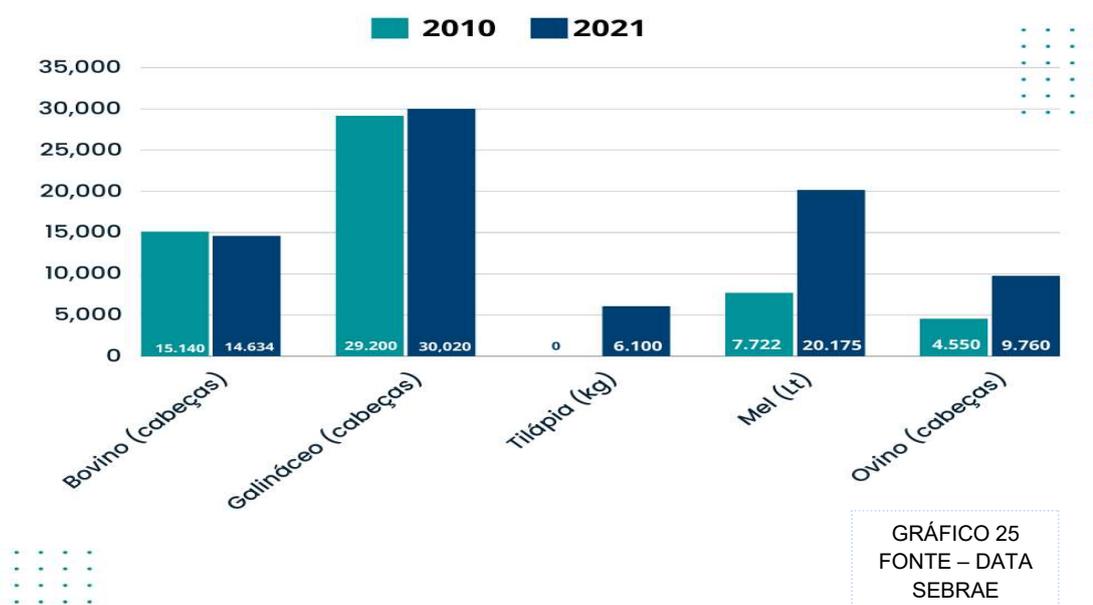
POPULAÇÃO		EDUCAÇÃO	
População no último censo [2022]	12.303 pessoas	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,6 %
Densidade demográfica [2022]	36,34 habitante por quilômetro quadrado	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,7
TRABALHO E RENDIMENTO		IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2021]	4,6
Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2021]	2 salários mínimos	Matrículas no ensino fundamental [2021]	2.332 matrículas
Pessoal ocupado [2021]	709 pessoas	Matrículas no ensino médio [2021]	501 matrículas
População ocupada [2021]	5,10 %	Docentes no ensino fundamental [2021]	117 docentes
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	56,8 %	Docentes no ensino médio [2021]	17 docentes
ECONOMIA		Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2021]	14 escolas
PIB per capita [2021]	8.721,59 R\$	Número de estabelecimentos de ensino médio [2021]	1 escolas
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	87,8 %	SAÚDE	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,518	Mortalidade infantil [2020]	11,3 óbitos por mil nascidos vivos
Total de receitas realizadas [2017]	39.110,87 R\$ (<1000)	Internações por diarreia [2016]	0,6 internações por mil habitantes
Total de despesas empenhadas [2017]	35.162,98 R\$ (<1000)	Estabelecimentos de Saúde SUS [2009]	5 estabelecimentos

Figura 09 - Fonte: IBGE

CADASTRO CENTRAL DAS EMPRESAS – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



PECUÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021



O gado bovino apresenta uma leve diminuição na sua produção no ano de 2021 em relação há dez anos. A tendência é que com a dificuldade do clima, novas possibilidades de produção sejam desenvolvidas. Como exposto no gráfico de número vinte de cinco, havia pouca produção de mel e ovinos. A produção de tilápia era inexistente em 2010, produções que deram um salto em relação à produção do gado.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEMPORÁRIA – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

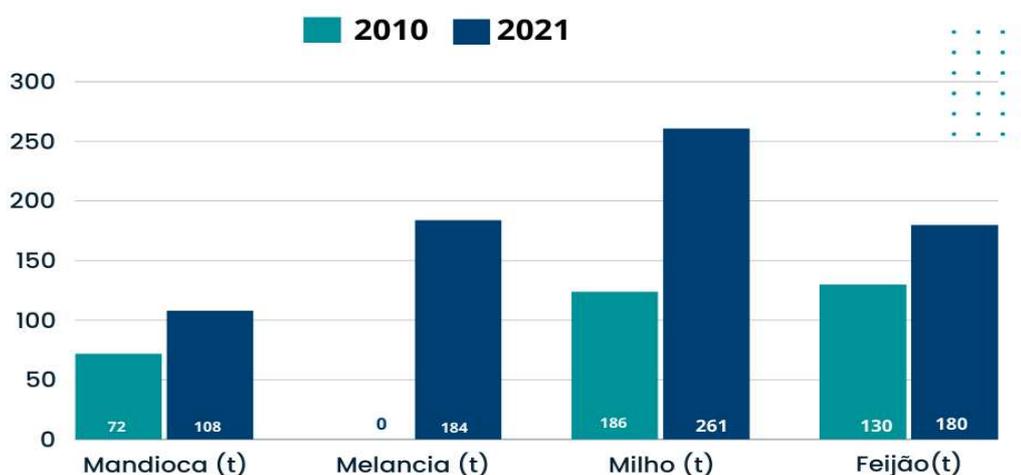


GRÁFICO 26
FONTE – DATA
SEBRAE

Observa-se que a produção de milho e feijão cresceu no ano de 2021, mas não apenas esta produção, como a mandioca e a melancia. O milho e o feijão são comuns para a comercialização dos mercados regionais, a mandioca, serve como produção de farinha na alimentação básica do Município. A melancia se desenvolve em climas quentes e assim como outras áreas do Nordeste, as condições climáticas se tornam favoráveis a este tipo de consumo. É possível o entendimento que com o aumento das condições climáticas, o surgimento da produção da melancia em 2021 tenha sido evidenciado, já que há dez anos, essa produção era inexistente.

PIB – COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2021

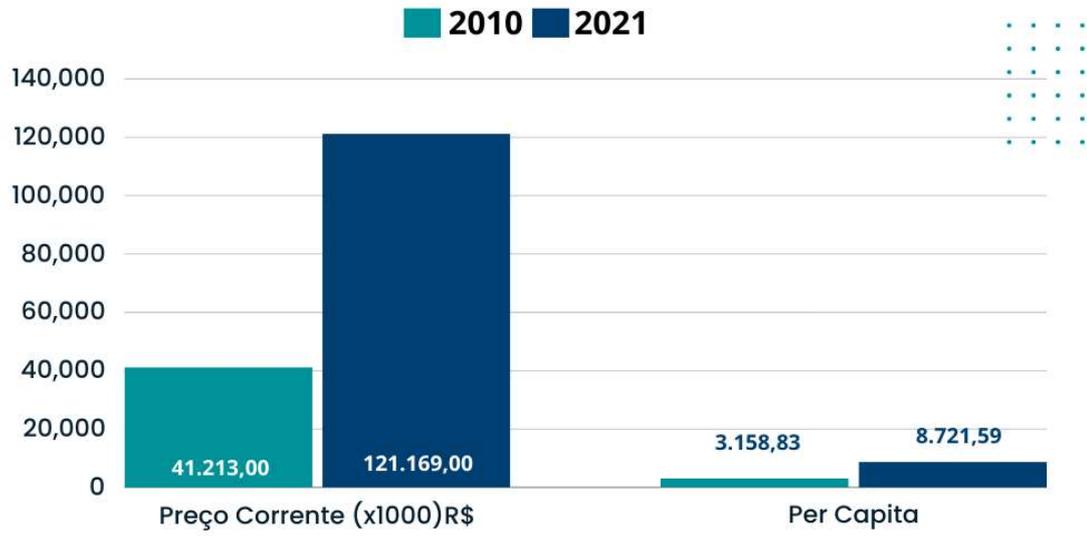


GRÁFICO 27
FONTE – DATA
SEBRAE

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO – PRONAF, MICROCRÉDITO E OS PROGRAMAS LUZ PARA TODOS E CISTERNAS

O Médio Sertão Alagoano avança na implantação das políticas públicas, com o passar dos anos como uma estratégia de desenvolvimento e planejamento diante da necessidade de se combater a pobreza no Nordeste. As políticas públicas eram direcionadas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1996. Dentre essas políticas, se destacam também o microcrédito, o programa Luz para Todos e a implantação de cisternas.

O PRONAF é uma política pública federal que fornece apoio técnico e financeiro aos agricultores e empreendedores rurais de pequeno porte, estes têm acesso ao crédito subsidiado para investimentos em atividades produtivas. Sendo assim, esse programa é essencial para a promoção do desenvolvimento rural e melhoramento das condições de vida das pessoas no campo, além de gerar empregos. Este programa funcionou até o ano 2002. Algumas mudanças foram feitas na sua escala de atuação, até ser denominado de PROINF com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e serviços para o desenvolvimento territorial, voltados para a agricultura familiar.

O trabalho dissertação de Mestrado de Juliana Antero da Silva, em São Cristóvão/SE (2018) sobre o “PROINF no território da cidadania do Médio Sertão de Alagoas [...]”, traz o questionamento acerca da utilização do Programa num lugar com dificuldades para a implantação da infraestrutura e dos serviços ofertados pelo programa. Segundo Juliana, a infraestrutura é implantada pelo fornecimento de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas, tais quais; tratores, caminhões, abatedouros, tanques de refrigeração, etc. Mas para o desenvolvimento desses materiais, é necessário o conhecimento técnico de suas usabilidades e esses serviços não chegam paralelamente ao fornecimento das máquinas.

A construção de abatedouros e a compra de equipamentos para a criação de frigoríficos se tornaram a opção mais significativa no médio sertão, evidenciando a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura.

Outro programa assistencial é o Programa Luz para Todos, lançado pelo governo federal com o objetivo de universalizar o acesso à energia elétrica em áreas rurais e remotas do Brasil e por meio deste programa, são realizadas obras de eletrificação rural para levar energia elétrica às comunidades que ainda não possui acesso à rede elétrica convencional. O acesso à energia elétrica, através de uma ação de política pública, formulada para sanar esse problema das comunidades foi positivo e fundamental para ações dos mesmos. Para atender essa demanda, o governo do então presidente Lula cria em 2003, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de diminuir a dificuldade de acesso à energia elétrica no campo e levar desenvolvimento econômico e social para os cidadãos.

A eletrificação rural contribui para melhorar as condições de vida, promover o desenvolvimento econômico e social e reduzir as desigualdades regionais.

O marco legal que se respalda o Programa Luz para Todos, do governo federal é a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, conhecida como a Lei da universalização elétrica. Essa lei criou a legalidade para que o acesso à energia elétrica no meio rural fosse realizado e garantido de forma totalmente gratuita.

Outra ferramenta de Política Pública como ponto positivo para o desenvolvimento do Médio Sertão, é o Microcrédito. O Microcrédito foi implementado para facilitar o acesso ao crédito aos pequenos empreendedores, incluindo agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Esses empréstimos são, no geral, de valores menores e condições mais flexíveis para o pagamento, acessíveis aos indivíduos e às famílias de baixa renda. Ele pode ser utilizado também para investir em pequenos negócios, atividades agrícolas, artesanato, comércio local e etc.

No que se refere ao projeto das cisternas, o projeto é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o objetivo de garantir o acesso à água de qualidade para as famílias de baixa renda e as da zona rural dos municípios.

O Projeto é uma iniciativa em parceria com o Consórcio Portal do Sertão, mas geralmente é implementado em parceria juntamente com o governo federal e estadual e tem o objetivo de garantir o acesso à água de qualidade para as famílias de baixa renda da zona rural. O Projeto promove a construção de cisternas de placas para a adaptação e o armazenamento de água da chuva para o consumo humano. As cisternas armazenam dezesseis mil litros de água cada, captadas do telhado das residências, contribuindo para a agricultura familiar sustentável.

Essas políticas e programas são essenciais para promover o desenvolvimento socioeconômico e reduzir as desigualdades no Médio Sertão Alagoano, dando condições mais dignas de vida para a população rural, além de contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e das atividades econômicas locais. Por ser uma região com irregularidade das chuvas, a escassez hídrica e os períodos de seca são prolongados e recorrentes, tornando o acesso a necessidades básicas mais difícil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nas páginas deste trabalho, é fundamental perceber que a agropecuária é uma importante atividade econômica na região do médio sertão de Alagoas, uma vez que o local é caracterizado por apresentar um clima semiárido, com escassez de água e chuvas irregulares, esta atividade econômica, inserida no setor primário da economia, se apresenta cada vez mais, desafiadora e importante para a economia local.

Entre as principais atividades praticadas na região, está a criação de bovinos, caprinos e ovinos, além de cultivos de plantas como milho, feijão, mandioca e algodão, além da produção de leite e queijo tão relevantes na região.

É importante destacar que a agropecuária na região do médio sertão de Alagoas enfrenta desafios grandes, como a falta de água e investimentos em infraestrutura, além da falta de acesso a tecnologias modernas de produção. No entanto, apesar desses desafios, a agropecuária continua sendo uma importante fonte de renda para muitas famílias da região e um setor estratégico para a economia local.

Segue abaixo, uma tabela sintetizando de forma comparativa, os dados colhidos da produção agropecuária nos Municípios de estudo:

MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS CULTURAS	PRINCIPAIS CRIAÇÕES	PRODUTOS
SANTANA DO IPANEMA	MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA	BOVINO, GALINÁCEO	LEITE, QUEIJO, CARNE
PAO DE AÇUCAR	MANDIOCA, MILHO, FEIJÃO	BOVINO, GALINÁCEO, TILÁPIA	LEITE, QUEIJO, CARNE
JACARÉ DOS HOMENS	MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA	BOVINO, GALINÁCEO, OVINO, SUÍNO	LEITE, QUEIJO, CARNE
DOIS RIACHOS	FEIJÃO, MILHO	GALINÁCEOS, LEITE DE VACA, OVINO, BOVINO	LEITE, QUEIJO, CARNE
OURO BRANCO	MILHO, BATATA DOCE, FEIJÃO, MANDIOCA, GOIABA, LIMAÔ, CASTANHA DE CAJU	OVINO, BOVINO, GALINÁCEO	LEITE, QUEIJO, CARNE
SENADOR RUI PALMEIRA	MILHO, FEIJÃO, MANDIOCA, MELANCIA	GALINÁCEO, TILÁPIA, MEL, OVINO, BOVINO	LEITE, QUEIJO, CARNE

Nestas regiões pontuadas no trabalho, o PIB é influenciado principalmente pela agropecuária que é a principal atividade econômica da região. Ele (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado território e em um determinado período de tempo, geralmente medido em um ano. Mas, é importante ressaltar que o PIB destes municípios pode ser relativamente baixo em comparação com outras regiões do estado, devido a diversos fatores, como a escassez de recursos naturais, a falta de infraestrutura adequada e a baixa diversificação econômica.

Entretanto, é importante lembrar que o PIB é uma medida que não leva em consideração a distribuição de renda e a qualidade de vida da população porque é apenas uma medida de produção econômica da região, então outros indicadores devem ser considerados para avaliar o desenvolvimento humano e social dessas regiões.

Alguns destes indicadores estão presentes nas figuras, no discorrer de cada município, como o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que está considerando as dimensões do desenvolvimento humano na saúde, educação e renda, com o objetivo de avaliar a qualidade de vida da população. Como o índice varia de 0 a 1 ou seja, quanto mais próximo o índice de 1, maior será o desenvolvimento humano naquele local, o observado em todos os municípios é que este índice – apesar de ser de 2010 – aparece na média de 0,5 evidenciando a necessidade de melhores políticas públicas para o seu aumento.

Sendo assim, as conclusões que surgem neste trabalho, apesar de esclarecerem muitas questões sobre a forma dinâmica de vida de cada região do médio sertão, não torna este trabalho um fim em si mesmo, pois propiciam e instigam outras pesquisas sobre o assunto, de modo que, a existência local, o modo de produção e adequações ao clima, tende a se modificar na medida em que o tempo passa. A adequação da produção do solo, as formas de mecanismos que produzem o desenvolvimento local, promovendo o crescimento da economia, dependerá sempre do ambiente em que está inserida a população local.

BIBLIOGRAFIA

1. Junior, Alberto Donda. **FATORES INFLUENTES NO PROCESSO DE ESCOLHA DA LOCALIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL NO PARANÁ: ESTUDO DE CASO DE UMA AGROINDÚSTRIA DE AVES.** Florianópolis, 2002.
2. Mundo Educação. **Localização Industrial.** Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/localizacao-industrial.htm>. Acesso em: 21/02/2024.
3. MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
4. ALVES FILHO, Manuel. **Os 18 milhões que continuam com fome pedem reavaliação dos programas sociais.** Jornal da Unicamp, São Paulo, 2006.
5. CARNEIRO, Francisco Galvão. **Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil.** In: CEPAL. **Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas.** Brasília, CEPAL; DFID, 2003.
6. CONSELHO ECONOMICO e SOCIAL (1996), **Iniciativas de Desenvolvimento Local** – Série “Documentos e Estudos Internos”. Lisboa: Concelho Económico e Social.
7. Mundo educação. **Alagoas.** Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/alagoas.htm#:~:text=A%20hist%C3%B3ria%20do%20estado%20de,primeiro%20ciclo%20econ%C3%B4mico%20do%20Brasil.> Acesso em: 05/03/2024.
8. IBGE. **Alagoas.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/historico>. Acesso em 05/03/2024.
9. Brasil escola. **Alagoas.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/alagoas.htm>. Acesso em 07/03/2024.
10. **Portal do Sertão.** Disponível em: <https://www.portaldosertao.ba.gov.br/projeto.php?id=4>. Acesso em 07/03/2024.
11. **Ministério de Minas e Energia.** Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>. Acesso em 12/04/2024.